

Marco António Fernandes Tavares
ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa, 2019



Escola de Tecnologias e Arquitetura
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Mestrado Integrado em Arquitetura

Marco António Fernandes Tavares

Vertente teórica: no âmbito da unidade curricular de Projeto Final de Arquitetura.

Movimento relativo entre justiça, espaço, sociedade e exclusão - Difundindo Justiça Espacial

Orientador: Professor Doutor Pedro da Luz Pinto, categoria:Grande, ISCTE-IUL

Vertente prática: no âmbito da unidade curricular de Projeto Final de Arquitetura.

realizado conjuntamente com:

Gonçalo José Spínola

Reformulação urbanística e inclusão de assentamentos informais - 2º Torrão

Tutor: Professor Doutor Pedro da Luz Pinto, ISCTE-IUL

Novembro,2019

Dedicatória

Aos patrocinadores oficiais desta demorada forma de ser:

À minha mãe, Maria Jovita Fernandes, ao meu pai António Tavares, à minha irmã Nícia Tavares, que a cada dia me convidam a re-começar o encontro com os nossos sonhos, pelo amor e liberdade incondicional que nunca prestou quaisquer exigências.

Agradeço,

Ao orientador, professor Pedro Pinto, pela paciência e confiança depositadas ao longo de todo o trabalho.

Ao amigo e colega de grupo, Gonçalo Spínola, por todos os momentos de partilha em reflexão-ação, na medida de quem sente e consolida a convicção.

Aos amigos que por razões várias energizaram todo o percurso: Frederica Wilbraham, Claudio Couto, Michael Ferreira, Simão Caldeira, Guilherme Mendonça, Jan Jokela, Tomás Freitas, Fábio Lima, Paulo Nunes, Nicolò Michelini, Maria Novais, Crestina Wilbraham, Salvador Maciel, Rosa Fernandes, Margarida Aguiar, Ivo Palitos, João Trindade.

Um especial agradecimento a todos os moradores do bairro do 2º Torrão, com os votos de que um dia o mundo vos conheça pela vossa poesia e não pelos crimes de um sistema que grande parte da sociedade legitima.

Resumo

Este ensaio apresenta-se como suporte teórico à componente prática de projeto que nos colocou em desafio perante a realidade complexa dos bairros informais. Complexo também se tornou entender como é que a arquitetura pode intervir. Sabemos como é fácil tomar decisões sem contar com a realidade, podemos vê-las projetadas no espaço a qualquer instante. Sentimos logo a falta de instrumentos, o desenho por si só não é fundamento. Por onde começar? Antes de mais, entender... demorando-entendendo, partimos num processo de autodesenvolvimento que se procura alimentar de “veios de reflexão” que nos ajudem a esclarecer o movimento relativo entre a justiça, espaço, sociedade e exclusão.

Iniciamos esta jornada recentrando a atenção do arquiteto para as questões da responsabilidade social, lembrando que “a fama, a emoção e a fortuna” pode ficar para o “corredor de automóveis”.

De seguida, começamos a abordar o tema que se apresenta como resposta de combate às fraturas socio-territoriais: “Justiça Espacial”.

Mas antes, para nos familiarizarmos com o termo é importante conhecer o próprio fluido que une cada terminologia ou campo científico.

Para isso é traçada uma criteriosa sistematização sobre os fundamentos da justiça e os signos da natureza do espaço.

Após esse momento estaremos prontos para estabelecer um conjunto de preposições que iremos ver refletidas nos trabalhos dos autores fundadores deste campo teórico. Verdadeiro movimento!

palavras chave:

Justiça

Espaço

Sociedade

Exclusão

Abstract

This essay presents itself as a theoretical support to the practical component of the project that challenged us to face the complex reality of slums. What also became complex was to understand how architecture can intervene on these spaces. We know how easy it is to make decisions without facing the reality. We can see these cases projected in current space at any moment. We can immediately feel the lack of instruments, the drawing itself doesn't have any foundation. So where to start? First of all, we need to understand... We should take a long time to understand. We start the process as a self-development that seeks to discover the "veins of reflection" that help us to clarify the relative movement between justice, space, society and exclusion. Then we begin this journey by refocusing the architect's attention on the social responsibility issues, remembering that "fame, emotion and fortune" can remain for the "racing driver". After that, we begin to address the theme that presents itself as a response to combat socio-territorial fractures: "Spatial Justice". First of all, so that we familiarize ourselves with the term, it's important to know how this links each terminology or scientific field. To finish, it's outlined a smooth systematization of the foundations of justice and the signs of the nature of space. After this moment we are going to be ready to establish a set of prepositions that we'd see reflected at the work of the founding authors of this theoretical field, that is called "true movement".

key words:

Justice

Space

Society

Exclusion

Índice geral

Parte I - Vertente teórica:

Movimento relativo entre justiça, espaço, sociedade e exclusão - Difundindo Justiça Espacial

Parte II - Vertente prática:

Reformulação urbanística e inclusão de assentamentos informais - 2º Torrão

Considerações Iniciais

A (ir)responsabilidade social do arquiteto.

Podemos considerar com base na história da experiência ocidental (tal como tudo se prende nessa bitola), que teríamos de regressar à antiguidade clássica e ao arquiteto romano Vitruvius (sec. I a.C.) para sinalizar que é, pelo menos nesse tempo espacial, que o arquiteto oficialmente assume a responsabilidade perante a sociedade, de superar os desafios técnicos e funcionais através da beleza e do conforto, fazendo corresponder elementos da vida social tomando como referência a prática do construtor.

A história também nos mostra que essa apetência de responsabilidade social ficou refém do poder religioso e político durante vários séculos, numa coleção de monumentos públicos e de casas privadas.

A arquitetura nunca se democratizou efetivamente, devido a incapacidades das sociedades se libertarem das estruturas hierárquicas que organizam a vida humana. A intervenção da arquitetura formal apenas passou a agir junto das camadas basilares da sociedade a reboque da revolução industrial (sec. XVIII/XIX) por via da emergência de resolução do desafio logístico provocado pelo êxodo rural.

É verdade que seria injusto dizer-se que nunca houve verdadeira responsabilidade social, mas que isso foi apenas uma tímida expressão de todo o corpo profissional. Ética profissional desprovida de ética social foi o que sempre tivemos.

“Certifica-te que tens dinheiro suficiente no banco;
certifica-te que não mentes aos teus clientes;
certifica-te que aconselhas ou recomendas honestamente.” Jeremy Till

E por isso:

“...mais do que se pôr em abstrato o problema da responsabilidade social do arquiteto, hoje se põe em concreto, o problema da irresponsabilidade social dos arquitetos.” p.3 Pedro Vieira de Almeida

Para tornar claro onde queremos chegar não há melhor metáfora, para nos ilustrar o pretexto e o contexto do estado sitiado do arquiteto, do que a comparação estabelecida por Jeremy Till na sua conferência “Beyond the Fountainhead”(2014), indicando como exemplo o personagem do livro (Howard Roack), como sendo, a perfeita representação da irresponsabilidade social pela qual uma grande parte dos profissionais se regem.



Fig.1 Howard Roack, Fountainhead

“...Served only himself
...the conquest of nature vs the conquest of man
...common action is common slavery
...the individual against the collective
...my ideas are my property

I AM AN ARCHITECT “

É importante entender o tipo de convicções que estas declarações subentendem.

Convém notar que, o resultado de uma série de entrevistas feitas a arquitetos pela revista britânica “UK Building Design”, (em que os questionava sobre qual seria o livro favorito) teve como resultado a hegemonia do Fountainhead (1 em cada 5 apontaram este livro como preferência).

Porém, Ayn Rand (1905-1982), filósofa objetivista e autora do livro, deve ser analisada do ponto de vista da sua ideologia política e de onde vem a grande vaga de individualismo radical.



Fig.2 Ayn Rand à conversa com o presidente Gerald Ford na apresentação de Alan Greenspan como presidente do conselho da Reserva Federal do EUA.



Fig.3 Foto de uma manifestação de protesto do Tea Party

Podemos ver como Rand se tornou uma figura de culto para a América conservadora através do seu livro “Atlas Shrugged”(1957) onde exalta a defesa dos princípios do mercado livre e apresenta como referência, um serial killer na vida real (William Hickman, 1908-1928), que a emocionou com a seguinte declaração após a sua detenção: “Eu sou como o Estado - o que é bom para mim está certo!” Ao que Rand chamou de “A melhor e poderosa expressão da real psicologia do homem que alguma vez ouvi”

Neste momento podemos imaginar por que enredos dissimulados se encerra o livro Fountainhead(1943) e começamos a questionar-nos: como é que a arquitetura pode ser tão cega em relação ao facto de o Fountainhead ser uma profunda armadilha política?

A narrativa não discute uma concepção de arquitetura, apenas a usa como veículo para desenvolver um conjunto de premissas escoradas no liberalismo dos seus pontos de vista.

Qual é a razão da preferência por este livro de 1 em 5 arquitetos e como se pode negar as mensagens políticas?

A figura de Roark interpretada por Gary Cooper no filme, inspirou milhares de indivíduos a quererem ser arquitetos e outros tantos profissionais a criarem uma versão radicalmente individual da percepção do que é ser arquiteto e de quais são os fundamentos basilares da arquitetura.

O facto é que a “inocente” história, abre precedência a todo um imaginário de fetiche pelos super-heróis no plano da arquitetura, o que vem dar origem aos míticos “starchitects” que hoje muito pupilam e fazem as delícias dos que se limitam a olhar às aparências.

Esta é a imagem deprimente das levadas de arquitetos em desenfreada competição, que não enxergam objetivos para além de si próprios. Fala-se tanto em precariedade laboral e salarial mas ninguém repara que essa precariedade toma origem na precariedade dos valores que norteiam a profissão.

“I destroyed it because I did not choose to let it exist”

“The creator held his truth above all things and against all men.”

“I don’t intend to build in order to have clients. I intend to have clients in order to build”

Haward Roark, Fountainhead

“Pode levantar-se, agora, a questão das motivações e atitudes na atividade profissional. Trata-se, aliás, dum ponto fundamental para quem escolhe um rumo na vida, o ficar a saber as normas que hão-de guiar.”
Octávio Lixa Filgueiras p.22

“Juan Manuel Fangio...explicava que um corredor de automóveis é impulsionado por três fatores: a fama, a emoção e a fortuna. Mas para satisfação de tais imperativos valeria a pena a alguém numa sociedade como a nossa, martirizar-se numa aprendizagem tão ingrato como a arquitetura? Ganhar dinheiro, salvo raríssimas exceções, não é para aquele que produz, mas para aquele que troca: as novas gerações têm encontrado na difundida profissão de vendedor de automóveis...a fórmula ideal para conseguirem ocupação remunerada sem trabalho produtivo, mas capaz de gerar forte soma de emoções excitantes, quando não mesmo prestígio social. Quanto à fama, a maior parte das vezes ficará abestrita a um reduzido, mas suficiente, círculo de conhecimentos...a quem o trabalho, por igual aborrece...” Octávio Lixa Filgueiras p.24

O arquiteto limita o seu propósito quando se entrega aos ditames do liberalismo, quando deixa de estar junto das pessoas e passa para a redoma do elitismo da sua arrogante paisagem de privilégios e da riqueza que o seu trabalho encerra, conseguido cada vez mais à sobreposse, alardeando qualidades que são contrárias às noções de justiça social.

Para apresentar e expor a problemática da “responsabilidade social do arquiteto” é importante entender que a evolução possível da noção de “responsabilidade” propõe uma integração cada vez mais íntima na prática e linguagem de projeto no sentido de se trazer para esta questão uma atitude globalizadora antropocultural.

“Para muitos o arquiteto é o que faz, para uns tantos, o arquiteto também pensa; para os que sabem, o arquiteto para realizar-se tem de saber fazer e, ao mesmo tempo, conhecer as coisas, e os homens, e o mundo, e a vida, e de tudo isso saber tirar uma lição que lhe permita erguer no dealbar, um hino de esperança ao novo dia.”p.16 Octávio Lixa Filgueiras

Com esta posição não estamos a pedir ao arquiteto que carregue uma culpa qualquer, nem que tenha a pretensão de resolver todas as maleitas do mundo, mas tão somente que encare a sua atividade como contributo para o desenvolvimento da sociedade; que considere o impacto social e ambiental da suas obras; que se faça representar na discussão pública e na governança; que faça chegar junto das comunidades as mais sólidas hipóteses informadas pelo conhecimento e pela experiência; Que não se refugie entre os seu pares e que participe e incentive a participação cidadã; que dê o corpo e o intelecto à cidade resgatando o verdadeiro humanismo. Um humanismo sem propriedade intelectual, para que se evada daqueles que dele se alimentam e que na prática fracassam, evitando conspurcar a dignidade e liberdade de cada ser humano de o autoconstruir.

“O que distingue a atitude superior é o critério da ética que a informa. É isso, precisamente, o que a torna ímpar no meio do banal fluir de situações de conveniência, em que se acomodam as pequenas exigências morais da mediania.”p. 23 Octávio Lixa Filgueiras

“Ele próprio (o arquiteto) tem de se reconhecer abrangido na luta por uma conquista cultural, para que a sua atuação profissional beneficie da marca de autenticidade...e tem, igualmente, de se reconhecer abrangido pelo movimento de conquista de uma cultura capaz de dar soluções aos problemas que as formas arcaizantes deixaram por resolver. É a opção de acreditar em alguma coisa que aguente o embate com a vida, vencendo-a sem a destruir, enriquecendo-a, dignificando-a.”p.28 Octávio Lixa Filgueiras

Parte I - Vertente teórica:

Movimento relativo entre justiça, espaço, sociedade e exclusão - Difundindo Justiça Espacial

Índice:

I. Considerações iniciais: A (ir)responsabilidade social do arquiteto.	
1. Movimento relativo entre justiça, espaço, sociedade e exclusão:	
1.1 Fundamentos da Justiça:	
Justiça como equidade; Políticas da diferença; Reconhecimento e Redistribuição.	2
1.2 Natureza do espaço: Sistematização conceptual e etnográfica do espaço.	5
1.3 Difundindo Justiça espacial	20
2. Arquitetura de intervenção em espaços informais	25
2.1 Características de intervenção em espaços informais	54
2.2 Contextualização do caso português	56
2.3 Programa Bip/Zip - projeto de bairros prioritários CM-Lisboa	57
3. Considerações finais - Conclusão	73
4. Bibliografia	74

Introdução

O ponto anterior apresentam-se em posição de manifesto...enquanto os que se seguem, são a matéria que procura discernir o fundamento de um campo de ação, onde o Arquiteto nem sempre caminha em consciência. Esse campo é o da Justiça Espacial.

Para o conhecermos, vamos esquecer as crises existenciais dos arquitetos e ver como os nossos amigos das ciências sociais já andam de pé, e de que forma os seus instrumentos e documentos nos podem informar de princípios e valores que possam ser aplicados no exercício da nossa atividade.

O objetivo é a produção de um conjunto de ideias que se enquadre como ponto de partida.

Vamos navegar em velocidade cruzado destituídos da “posição original”(a do arquiteto) para ver o que nos têm a dizer os geógrafos, filósofos, sociólogos, antropólogos, poetas e sem esquecer quantos mais contribuem.

Iniciamos a nossa caminhada clarificando posições perante os fundamentos da justiça, com base nas formulações que se fizeram mais significativas neste campo teórico desde a segunda metade do sec.XX. Numa segunda fase deste primeiro ato entraremos nas noções do espaço visto na sua própria existência para em seguida abraçar os horizontes que o campo da justiça espacial nos enuncia.

Formuladas as categorias de entendimento regressarmos no segundo ato à problematização que nos trouxe aqui. Como é que a arquitetura pode intervir em bairros auto-produzidos e quais as suas características. A contextualização do caso português, permitir-nos-á fazer a aproximação necessária à emergência de assumir dialética fragilidades - potencialidades dos assentamento informais no nosso território implementando uma abordagem que os reconheça, considere, qualifique e integre.

1.1 Fundamentos da Justiça:

Justiça como equidade

O conceito de Justiça em John Rawls é desenvolvido no livro “A Theory of Justice” (1971) sob o critério da equidade, assente três princípios fundamentais:

Princípio da liberdade igualitária: a isonomia em direitos e liberdades fundamentais;

Princípio da diferença: A sociedade deve promover a distribuição igual da riqueza, excepto se a existência de desigualdades económicas e sociais gerar o maior benefício para os menos favorecidos.

Princípio da oportunidade justa: As desigualdades económicas e sociais devem estar ligadas a postos e posições acessíveis a todos em condições de justa igualdade de oportunidades.

De acordo com estes princípios da justiça, John Rawls propõe que as decisões sejam tomadas a coberto do “véu da ignorância”.

Termo que tenta criar uma espécie de contrato social hipotético onde a “posição original” dos intervenientes é destituída da noção da sua posição social, ignorando o sexo, classe social, grupo étnico, força, inteligência etc.

Segundo esta teoria, o que promove o bem de uma pessoa é o que promove o bem de todos, afim de evitar favorecimentos pessoais na tomada de decisões que se queiram justas, garantindo assim a imparcialidade.

As políticas da diferença

Iris Young no livro “Justice and the politics of difference”(1990) dá-nos uma noção de justiça que se estende e sobrepõe com o conceito de político.

Impulsionada pela importância e expressão crescente dos movimentos sociais (como o movimento negro, feminista, LGBT, entre outros), esta perspectiva compreende que reconhecer a opressão estrutural é vital para o discurso político.

Young critica o paradigma distributivo, dizendo que a justiça não se cinge à mera alocação de bens e distribuição de posições sociais e defende que a justiça deve focar-se nos conceitos da opressão e dominação.

Young categoriza a opressão em cinco tipos (exploração, marginalização, impotência, imperialismo cultural e violência) e repara, que a opressão é o constrangimento institucional ao autodesenvolvimento e a dominação o constrangimento institucional à autodeterminação.

Reconhecimento e Redistribuição

Em 2003 Nancy Fraser, em colaboração com Axel Honneth, publica o ensaio “nonreformist reform”, que propõe uma teoria abrangente, que considere o binómio redistribuição/reconhecimento, onde coexista políticas socialistas de carácter transformador e políticas reformistas de carácter mais liberal.

Para Nancy Fraser, as cinco categorias da opressão definidas por Young, inscrevem-se nos paradigmas da redistribuição e do reconhecimento.

Três delas substanciam-se enraizadas na economia política (exploração, marginalização e impotência) e outras duas na cultura (imperialismo cultural e violência).

Fraser considera duas dimensões de injustiça: a injustiça económica ligada à redistribuição e a injustiça cultural ligada ao reconhecimento.

Ao tratar da questão do reconhecimento apresentado por Honneth (que se centra na perspectiva identitária), Nancy Fraser defende em alternativa, o reconhecimento enquanto Status social.

Argumenta que o identitarismo pode conduzir ao separatismo, enquanto que o modelo de Status acomoda toda a complexidade das identidades sociais.

Fraser admite que as desigualdades são padrões institucionalizados e que a sua correção deve ter em vista restabelecer a igualdade entre indivíduos. Para tal sugere o modelo de “paridade participativa” como a possibilidade de todos os grupos (maioritários e minoritários) se fazerem representar para que seja possível “desinstitucionalizar padrões de valoração cultural que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a promovam” (2007, p109)

1.2 Sistematização conceitual e etnográfica do espaço

Este capítulo faz-se desenvolver através da sistematização criteriosa que a obra publicada pela antropóloga Filomena Silvano apresenta. Segue praticamente na íntegra a estrutura avançada pela autora do livro “Antropologia do espaço”, embora em dada altura se quebre o vínculo cronológico que o documento original apresenta, introduzindo novas concepções para recolocar a discussão no alinhamento deste ensaio. No conjunto dos autores que Filomena Silvano nos coloca é feita a seleção das formulações mais pertinentes com o objetivo dar corpo à narrativa que nos vai permitir compreender adiante a justiça da espacialidade.

Grupo I (Espaços tradicionais) - Propriedades variáveis do espaço para a interpretação da estrutura das sociedades

O espaço enquanto categoria do entendimento

“...se, como nós pensamos, as categorias (entre as quais o espaço) são representações essencialmente coletivas, elas traduzem antes de tudo estados da coletividade. Dependem da maneira como esta é constituída e organizada, da sua morfologia, das suas instituições religiosas, morais, económicas, etc.” (Durkheim: 1912:22) p.13

O espaço enquanto substrato material das sociedades

Subentende o estudo da morfologia espacial, sob o critério de que a forma como se estabelece e se distribui no território nos permite descrever e explicar a composição das sociedades.

O espaço enquanto realidade dinâmica

A morfologia, as práticas e as representações surgem como três dimensões independentes mediadas pelo espaço e que nos permitem analisar as transformações do espaço.

Morfologia - plano objetivo ou material;

Práticas - plano subjetivo ou cultural;

Representações - plano social ou sagrado.

**O espaço enquanto
suporte das memórias**

Halbwachs defende o espaço como suporte da memória, tanto coletivas como individuais.

O grupo molda o espaço e fixa as suas características ao mesmo tempo que se deixa moldar por ele.

**O espaço e a estrutura
do grupo**

“Eu não pretendo afirmar que a configuração espacial das aldeias reflete sempre a organização social como um espelho, nem que ela a reflete na sua totalidade. Isso seria uma afirmação gratuita para um grande número de sociedades. Mas não há qualquer coisa de comum a todas aquelas - muito diferente noutras - em que constatamos uma relação (mesmo que obscura) entre configuração espacial e estrutura social?...Na realidade as coisas são raramente tão simples como parecem” (Lévi-Strauss, 1953: 321) p. 16

**O espaço enquanto
garante da identidade**

“A distribuição circular das palhotas em torno da casa dos homens é de tal importância, no que diz respeito à vida social e à prática do culto, que os missionários salesianos da região Rio-das-Graças rapidamente descobriram que a maneira mais segura de converter os bororó consistia em obrigá-los a abandonar a sua aldeia, trocando-a por outra, onde as casas são dispostas em fila paralelas. Desorientados, relativamente aos pontos cardeais, privados da planta que fornece um argumento ao seu saber, os indígenas perdem rapidamente o sentido das tradições, como se os seus sistemas social e religioso...fossem muito complicados para passarem sem o esquema, tornado patente pela planta da aldeia e cujos contornos são perpetuamente refrescados pelos gestos quotidianos.” (Lévi-Strauss, 1995:215) p.19

Grupo II - Introdução do critério da mobilidade - “o carácter transitório, efémero e móvel das práticas sociais”.

A mobilidade enquanto fator da organização de cultura e do espaço

“Se a errância é a libertação relativa a todos os pontos dados no espaço e se opõe conceptualmente ao facto de estar fixado num ponto, a forma sociológica do estrangeiro apresenta-se como a unidade dessas duas características” (Simmel,1908:53) p.22

Com a introdução do critério da mobilidade estabelecido por Simmel, podemos aqui assinalar que começamos a assistir a um campo de transição para novos paradigmas. Nomeadamente em contexto americano, quando Chicago, com três quartos de população imigrante, se tornou observatório privilegiado para a então recém criada escola.

Doravante a figura do indivíduo passa a estar associada ao cosmopolitismo, pensado como um estilo de vida positivamente valorizado e exclusivamente urbano.

“...a comunicação tem um papel fundamental na existência de uma sociedade que os factores geográficos, e, num sentido mais geral, todos os factores que limitam ou facilitam comunicação, fazem parte, no nosso ver, da sua organização. É assim que os conceitos de posição, de distância e de mobilidade ganharam uma nova importância...O facto de qualquer indivíduo ser susceptível de se deslocar no espaço assegura-lhe uma experiência particular que lhe é própria , e essa experiência...concede-lhe, na medida em que é única, um ponto de vista independente: torna-se o ponto de partida para uma ação individual. É o facto, para um indivíduo, de ter uma experiência única e de ter disso consciência, é a sua disposição para pensar e agir em função dessa experiência, que o constitui, finalmente como pessoa.” (Park,1952:209) p. 29

O gueto enquanto suporte espacial de um “ciclo de relações raciais”

É também na a nova escola de Chicago que o velho pensamento apodrece, fundado numa concepção sociológica aferrada nas ciências naturais, servindo para classificar e nomear a realidade social de forma pragmática e identificar os seus processos mais gerais.

Compreendemos desde logo a lógica do critério da não autonomia do espaço nos clássicos, mas em concreto este vínculo, do ciclo de relações raciais com as transcrições espaciais que Wirth e Park advogam, levantam questões que se tornam urgentes esbater do ponto de vista reflexivo.

Essencialmente porque a sua real implicação é constantemente camuflada e cegamente citada nos tempos em que este tipo formulações provam a sua nulidade.

Ora vejamos:

“O gueto pode ser considerado...como uma forma de acomodação entre grupos diferentes, através do qual um deles esteve efetivamente subordinado ao outro. Ele representa, pelo menos, um exemplo historicamente verificável das diversas maneiras possíveis de abordar o problema de uma minoria diferente no seio e uma população mais importante. Constitui, ao mesmo tempo, uma forma de tolerância através da qual um *modus vivendi* se estabelece entre grupos que estão em conflito sobre questões fundamentais... ilustra, de forma pitoresca, os meios através dos quais um grupo cultural exprime a sua antiga herança quando é transplantado para um habitat diferente, a filtragem permanente e renovada dos seus membros e as forças graças às quais a comunidade cultural se transforma pouco a pouco, até se fundir na comunidade envolvente, reaparecendo, ao mesmo tempo, sob diversas formas, mais ou menos alteradas relativamente ao seu aspeto primitivo, mas ainda claramente identificáveis” (Wirth 1928: 26-27)

“É paradoxal que, apesar de terem feito amplo uso de “gueto” como termo descritivo, as Ciências Sociais não tenham conseguido produzir um conceito analítico robusto a partir dele.” Wacquant 2008, p. 76

“O gueto não é uma “área natural” que serve para separar populações e atividades, co-exestensivo à “história da migração”, como afirmou Louis Wirth no seu livro *The Ghetto* e, depois dele, legiões de sociólogos e urbanistas, que, caindo na armadilha ecológica montada pelos pioneiros da Escola de Chicago, confundiram gueto com barracas e bairro étnico. Trata-se, pelo contrário, de um tipo especial de violência coletiva, concretizada no espaço urbano, que se aplica a um subconjunto limitado de categorias étnicas, na era moderna.” (Wacquant 2008, pp. 12-13)

Louis Wirth recebeu autoridade científica com o paradigma de um dispositivo sócio-organizacional que usa o espaço como fim de conciliar dois objetivos repulsivos: o de maximizar os lucros do trabalho dos grupos segregados e o de minimizar o contato e a comunhão de espaços.

É pertinente introduzir agora a abrangência que Lefebvre trás ao termo “gueto”

“Observemos que há diversos tipos de gueto: o dos judeus e o dos negros; mas também o dos intelectuais ou dos operários. Os bairros residenciais, ao seu modo, também são guetos; as pessoas de estatuto elevado, pelos rendimentos ou pelo seu poder, isolam-se nos seus guetos de riqueza. O lazer também tem os seus guetos. Onde a ação concertada tentou misturar as camadas sociais e as classes, rapidamente uma decantação espontânea os separa.” Lefebvre, *O direito à cidade* p.100

“As segregações que destroem morfologicamente a cidade e ameaçam a vida urbana não podem ser vistas como efeito de acasos ou de conjunturas locais. Contentemo-nos em indicar que o carácter democrático de um regime se distingue pela sua atitude em relação à cidade, às liberdades urbanas, à realidade urbana e, por consequência, à segregação. Entre os critérios a reter, não seria este um dos mais importantes?” Lefebvre, *O direito à cidade* p.101

“Enquanto isso, esta sociedade pratica a segregação. Na representação urbanística, o termo “zoning” implica já a separação, a segregação, o isolamento em guetos ordenados. O facto torna-se racionalidade no projeto.” Lefebvre, *O direito à cidade* p.104

Lefebvre: a produção do espaço

Lefebvre propõe uma nova metodologia de análise do espaço interrogando o ato de o produzir, criando um objeto que se defende esclarecedor do conjunto de fenômenos da sociedade. O autor defende que a produção de espaço varia consoante cada sociedade e que isso implica a criação de espaços dominantes, que lhes são próprios que se sobrepõem a todos os outros.

“Observar o espaço significa observar as práticas sociais que o constituem” Filomena Silvano Antropologia do espaço p.42

“...dialelizaremos a noção. Ela situar-se-á numa relação prática e numa interação dos sujeitos com o seu espaço, com a sua envolvente. Tentaremos mostrar a gênese e o desaparecimento das codificações-descodificações. Revelaremos os conteúdos: as práticas sociais (espaciais) inerentes às formas” (Lefebvre 1974:26) p.43

A permanente dialética que Lefebvre esclarece sustenta-se em três conceitos - prática espacial, representação do espaço e espaço de representação.

.A prática espacial é a prática social projetada no espaço. A unidade que compreende o físico, o social e o mental, que se caracteriza pela produção e reprodução dos lugares, partindo do princípio de que cada indivíduo tem capacidade performativa e é dotado de características espaciais específicas que medeiam as suas práticas sociais.

.As representações do espaço estão associadas ao processo de produção e à ordem que essa produção institui. Emerge do conhecimento de códigos e signos, tal como quando se produz uma imagem, um mapa, uma planta ou se descreve um espaço tendo por base uma teoria que reitera o processo de formação desse espaço.

“...urbanistas, tecnocratas e, por vezes artistas ligados ao pensamento científico, estão associados a esta dimensão, visto que conceber o espaço pressupõe representá-lo a partir de um determinado sistema de signos. É nesse sentido que o autor...vai demonstrar as condições de produção do território contemporâneo

e acusar o urbanismo, dependente de uma forma específica de representar o espaço que surge associada a um modo de produção (sociedade) também específico, de homogeneizar o território e de, conseqüentemente destruir as especificidades locais, dependentes de outras formas de representar o espaço e de outras formas de o produzir.” Filomena Silvano Antropologia do espaço p.44

Os espaços de representação dão corpo à noção que Lefebvre descreve quando diz - “o espaço é vivido antes de ser percebido”. A inversão da terminologia “representação do espaço” trata da dimensão simbólica do espaço associado ao cotidiano. Um simbolismo espacial que se desenvolve criando um vínculo de significados que expressam normas, valores ou experiências sociais. Pode designar por exemplo um refúgio de jovens apaixonados, pode ser um monumento, uma árvore, um artefacto, um templo religioso. Podendo até conter espaços que são simultaneamente representações do espaço e espaço das representações como por exemplo as paisagens.

“Os espaços de representação, quer dizer o espaço vivido através das imagens e dos símbolos que o acompanham, portanto espaço dos habitantes, dos utentes, mas também de certos artistas e talvez daqueles que descrevem e crêem só descrever: os escritores, os filósofos. É o espaço dominado, portanto submetido, que tenta modificar e apropriar a imaginação.”(Lefebvre 1974:49) p.45

“Podemos supor que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços das representações intervêm de forma diferente na produção do espaço: segundo as suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modo de produção), segundo as épocas. As relações entre estes três momentos - o percebido, o concebido, o vivido - nunca são nem simples nem estáveis, tampouco são, mais positivas, no sentido que esse termo opor-se-ia ao “negativo”, ao indecifrável, ao não dito, ao interdito, ao inconsciente.” (Lefebvre,1974:57) p.46

O tempo nada cura sem espaço, orientam-se mutuamente, mas é no espaço que reside a verdadeira mudança. E, para mudar o espaço, é necessário mudar o seu modo de produção que dará lugar a novos espaços.

Jean Rémy e Liliane Voyé: A urbanização

Rémy e Voyé, publicaram em co-autoria a obra “A cidade: rumo a uma nova definição?”(1992). A sua investigação está de acordo com as abordagens baseadas nas teorias anteriores onde o foco se alinha na compreensão do espaço e na sua importância na explicação da vida social. Estes autores problematizam sobretudo, a lógica de apropriação do espaço, com base no fenómeno de agrupamento das populações e atividades.

“Estas três modalidades [sistema social, sistema cultural, sistema de personalidade] de integração do espaço, ao articularem-se entre si dão lugar a efeitos de meio e, portanto, a interdependências que só existem e se podem compreender por meio das suas conexões espaciais. Isto leva-nos a afirmar o estatuto explicativo do espaço e a recusar a ideia de que não passaria de uma mera projecção para o solo de uma realidade social que se constitui com toda a independência para com ele.”(Rémy e Voyé, 1992:13) p.56

Aqui podemos ver como defendem o carácter autónomo do espaço e se distanciam das posições durkheimianas que subestruturam o espaço em função da organização social. Essa autonomia defendida é o que permite explicar o espaço.

Quando levantam a pertinência de uma nova definição de cidade é porque constatarem incoerência na confrontação comumente estabelecida, entre cidade e campo, uma vez que as características da materialidade de um determinado espaço não impõem necessariamente modos de vida.

De com a premissa, sustentam ser mais apropriado para o debate sobre o território, a oposição urbanizado/não urbanizado e para tal, os autores colocam a questão da mobilidade como critério estruturante do modo de vida urbano.

As aldeias ou cidades não urbanizadas

As situações não urbanizadas distinguem-se essencialmente pela limitada mobilidade espacial. Dão como exemplo os bairros tradicionais em que mesmo nas situações onde se encontram inseridos na malha das grandes cidades, apresentam estilos de vida que correspondem ao modelo não urbanizado.

“Com uma morfologia e uma função social diferentes das da aldeia, a cidade não urbanizada revela-se, no entanto, próxima da aldeia na estruturação da vida quotidiana. A sua especificidade funcional assenta no facto de ser o lugar de estruturação de vários campos de atividade e de articulação entre esses campos.” (Rémy e Voyé, 1992:37) p. 57

“Nas cidades urbanizadas que conhecemos é relativamente frequente encontrarmos ainda hoje alguns bairros antigos que embora oferecendo às vezes um cruzamento de populações de meios espaciais diferentes são, geralmente, bairros com predominância de cultura popular, isto é, de uma cultura que, de algum modo, é vestígio de um modo de vida anterior, não marcado pelos efeitos da urbanização e pouco sensível a ela. (...) Por outro lado, nesses bairros a solidariedade de vizinhança funciona ainda frequentemente, e as portas para a rua, muitas vezes entreabertas, testemunham essa confiança recíproca (...) a população desses bairros pode assim viver a poucos passos dos lugares mais animados da cidade e dos equipamentos mais desenvolvidos da urbanização dessa mesma cidade sem, contudo, os utilizar para além do estritamente necessário e sobretudo sem ser atraída por eles (Rémy e Voyé, 1992:99,100) p.57

O acesso desigual à mobilidade, perpetrado pelas barreiras materiais e culturais resvalam para a exclusão, deixando de fora do sistema de vida do modelo urbanização uma considerável parte da sua população.

“Chega-se, pois, à produção daquilo que se poderia designar por “espaço móvel”, no qual são os grupos sociais que o produzem e que dele se apropriam a encontrarem-se em situação de poder. Pode dizer-se, com efeito, que a capacidade de mobilidade é uma condicionante da participação no meio urbano. Põe-se um problema na medida em que esta capacidade não pertence a toda a gente de forma igual: ao lado das diferenças ligadas à idade e à saúde, a capacidade de mobilidade está, com efeito, estreitamente ligada quer à capacidade financeira dos indivíduos, quer, e talvez ainda mais, a uma certa capacidade cultural que desenvolve ou limita as exigências de um enraizamento espacial concreto e estável” (Rémy e Voyé, 1992:75) p.59

Por sua vez os meios rurais urbanizados, que se substanciam na revalorização do rural com base nas lógicas de vida urbana, permitem um novo estilo de vida, mas ingressam numa dependência irreversível das cidades mais próximas. No caso dos bairros tradicionais, no seio das cidades, essa revalorização que

reconfigura o espaço, é levada a cabo pelos grupos sociais privilegiados, os ditos “gentrifiers”, procurando especulação financeira ou à procura de qualidade de vida, diminuindo a mobilidade mas sem prescindir do individualismo.

.....

Michel Foucault: as heterotopias

“A nossa época talvez seja, acima de tudo, a época do espaço. Nós vivemos na época da simultaneidade: nós vivemos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso. Julgo que ocupamos um tempo no qual a nossa experiência do mundo se assemelha mais a uma rede que vai ligando pontos e se intersesta com a sua própria meada do que propriamente a uma vivência que se vai enriquecendo com o tempo.” De outros espaços, Michel Foucault p.78

Em 1967, Foucault apresenta na conferência intitulada “Des espaces autres” no “Cercle d’Études Architecturales” uma nova figura espacial: a heterotopia.

Na conferência, Foucault inicia a sua explanação fazendo referência à obra de Gaston Bachelard e à sua percepção da complexidade do espaço interior (o espaço dos nossos sonhos e o espaço das nossas paixões). No entanto, tal como vamos vendo neste ensaio, propõe debruçar-se sobre o espaço exterior, o espaço no qual vivemos.

“... que nos leva para fora de nós mesmos, no qual a erosão das nossas vidas, do nosso tempo e da nossa história se processa num contínuo, o espaço que nos mói, é também, em si próprio, um espaço heterogéneo.” (Foucault)

Relações de colocação

“A colocação define-se pelas relações de vizinhança entre pontos ou elementos; (...) De uma forma ainda mais concreta, o problema do lugar ou da colocação põe-se para os homens em termos de demografia: e este último problema do lugar ou da colocação não é simplesmente questão de saber se haverá lugar suficiente para o homem no mundo - problema que é finalmente muito importante - é também o problema de saber que relações de vizinhança, que tipo de armazenamento, de circulação, de controlo, de classificação dos elementos humanos, devem reter-se de preferência em tal ou tal situação, para atingir tal ou tal fim. Estamos numa época em que o espaço se nos dá sob forma de colocação.” (Foucault, 1984:5) p.72

O autor avança assumindo que o espaço onde vivemos se organiza num sistema de relações de colocações irreduzíveis e que não se podem sobrepor. Os lugares de colocação são descritos como, por exemplo: os lugares de passagem (ruas, comboios...); lugares de paragem temporária (cafés, cinemas, praias...); e lugares de repouso (casa, quarto...).

As heterotopias

Depois de Foucault nos explicar as relações de lugares, ele apresenta o seu manifesto interesse pelos espaços que se relacionam e, em simultâneo, contradizem todos os outros. São na sua essência dois de dois tipos:

No primeiro tipo temos as utopias, que são lugares sem lugar real, ou que simplesmente ainda não encontraram o seu lugar como dizia o nosso amigo Agostinho da Silva.

“São lugares que têm uma relação analógica direta ou invertida com o espaço real da sociedade. Apresentam a sociedade numa forma aperfeiçoada, ou totalmente invertida. Seja como for, as utopias são espaços fundamentalmente irrealis.”(Foucault, 1984:6) p.73

No segundo tipo temos as utopias realizadas, que são espaços onde os vários lugares de uma dada cultura podem estar representados, contestados e invertidos. Foucault define esses espaços, por contraste às

utopias, designa as heterotopias como sendo lugares totalmente diferentes de todos os outros mas que perfeitamente localizáveis.

Nesta dicotomia utopia/heterotopia, Foucault dá-nos o exemplo do espelho para tornar esta situação mais clara.

“O espelho é, afinal de contas, uma utopia, uma vez que é um lugar sem lugar algum. No espelho, vejo-me ali onde não estou, num espaço irreal, virtual, que está aberto do lado de lá da superfície; (...) dirijo o olhar a mim mesmo e começo a reconstituir-me a mim próprio ali onde estou. O espelho funciona como uma heterotopia neste momentum: transforma este lugar, o que ocupo no momento em que me vejo no espelho, num espaço a um só tempo absolutamente real, associado a todo o espaço que o circunda, e absolutamente irreal, uma vez que para nos apercebermos desse espaço real, tem de se atravessar esse ponto virtual que está do lado de lá.” (Foucault)

Foucault para descrever as heterotopias classifica-as em duas categorias:

heterotopias da crise ou desvio: são espaços que compreendem uma conjuntura de transição ou processo de alteração no desenvolvimento, lugares “reservados aos indivíduos que se encontram, em relação à sociedade, e ao meio humano em que vivem, em estado de crise.”

ex: o casas de correção; serviço militar; hospitais; prisões; lares de terceira idade.

Marc Augé: os não-lugares (1992)

“Quando um voo internacional sobrevoa a Arábia Saudita, a hospedeira anunciou que durante esse período o consumo de álcool era proibido dentro do avião.” (Marc Augé)

Esta passagem coloca em evidência uma das concepções mais curiosas da cultura contemporânea:

o não-lugar é “um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade.” Um lugar que não é relacional, não é identitária e não é histórico. Consubstanciando-se, por exemplo, nas auto-estradas, nos aeroportos, nos paraísos fiscais, nos campos de refugiados.

Para caracterizar a noção entre lugar e não-lugar como produto do que é novo na cultura contemporânea, Augé propõe a noção de sobremodernidade.

“A sobremodernidade aparece quando a história se torna realidade, o espaço imagem e o indivíduo olhar. Por oposição à pós-modernidade, concebida como uma adição arbitrária de traços aleatórios, a sobremodernidade revelaria três figuras de excesso: excesso de tempo, de espaço e de individualismo. Excesso de tempo porque a história se acelerou de tal forma que tudo se torna acontecimento, ou, vistas as coisas de outro ponto de vista, por haver tantos acontecimentos já nada é acontecimento. Organizar o mundo a partir da categoria tempo deixou por isso de fazer sentido. Excesso de espaço, porque graças à mobilidade (de pessoas, bens, informações, e sobretudo imagens) sentimos-nos implicados no que se passa nos pontos mais remotos do planeta. Nesse sentido, Augé defende que o sentimento de excesso se encontra, paradoxalmente, associado a um encolhimento do planeta. Excesso de individualismo, por um lado, porque o atual mundo mediático contribui para o enfraquecimento das referências coletivas e suscita uma individualização dos procedimentos e, por outro, porque as singularidades (dos objetos, dos grupos de pertença) organizam cada vez mais a nossa relação com o mundo.” Filomena Silvano, Antropologia do espaço p.79

Com a definição dos não-lugares, Augé quebra radicalmente o vínculo dos mecanismos identitários de observação do espaço, defendendo que hoje todos os lugares se encontram em relação com o exterior, o que equivale a propor um olhar a outras escalas de abordagem - regional, nacional, global.

Appadurai: as ethoscapes

A proposta que Appadurai nos trás, centra atenções numa figura espacial dominante - a fronteira - “tida não como uma linha que separa espaços estáveis, mas como um espaço intermédio, derrapante, poroso” Filomena Silvano, Antropologia do espaço p.85

Appadurai não se limita a definir novos espaços, mas sim interrogar o contexto da sua produção. Uma vez que a globalização da economia e da cultura está associada a um aumento significativo da mobilidade (de informação e de pessoas), o vínculo que liga a cultura ao espaço esbateu-se. Daí a necessidade de revermos os códigos de forma a adaptá-los ás novas configurações espaciais da cultura produzida em espaços multilocais.

O lugar enquanto forma de encarceramento:

O autor avança com a discussão sobre a ideia de nativo e a sua associação à ideia de lugar, num texto intitulado “Putting hierarchy in its place” (1988), sugerindo que as noções generalizadas nos remetem para um encarceramento discursivo do nativo.

“O que isso significa, não é apenas que os nativos são pessoas que são de certos lugares e que pertencem a esses lugares, mas também que eles são aqueles que estão de algum modo encarcerados, ou confinados nos seus lugares. O que precisamos analisar é essa atribuição, ou suposição, de encarceramento, aprisionamento ou confinamento. Porque é que há pessoas que são vistas como confinadas a, e pelos, seus lugares?” (Appadurai, 1988:37) p.86

As consequências desse encarceramento discursivo estão espelhadas na discussão que no início deste capítulo teve lugar em torno do trabalho de Louis Wirth e da concepção ecológica, que prende toda a análise de uma dada cultura em função da adaptação ao meio.

“Segundo Appadurai, os nativos, tal como a antropologia os imaginou, nunca terão existido, ou pelo menos desapareceram muito rapidamente. O que existiu, e existe cada vez mais, são pessoas dotadas de

mobilidade, e estudá-las exige transformações, não só das formas de fazer etnografia como das formas de construir antropologicamente os objetos de trabalho” Filomena Silvano, Antropologia do espaço p.87

“Appadurai afirma que a complexidade da actual economia global se relaciona com algumas disjunções fundamentais entre economia, cultura e política. O entendimento dessas disjunções passa por olhar para as relações estabelecidas entre cinco dimensões da cultura global: ethnoscaapes, technoscape, financescaapes, mediascaapes, e ideoscaapes. O sufixo -scape pretende assinalar o carácter fluido das paisagens a que se referem, assim como o facto das relações que as integram se revelarem diferentes conforme o ângulo utilizado para as olhar. Pessoas, tecnologias, capitais, imagens, palavras e ideias são coisas que circulam hoje de forma rápida e global, percorrendo contextos que lhe dão sentidos e e eficácias diferenciados.” Filomena Silvano, Antropologia do espaço p.88

“Por “ethoscape”, eu entendo a paisagem de pessoas que constroem os mundos mutáveis em que vivem (turistas, imigrantes, refugiados, exilados, trabalhadores estrangeiros e outros grupos e indivíduos móveis), constituem uma característica essencial do indo e aparecem para afetar a política das (e entre) nações, num grau até aqui sem precedentes. Com isto não quero dizer que não existem comunidades relativamente estáveis, tal como redes de casamentos, amigos, trabalho, lazer, ou formas de filiação por nascimento, residência e outras. Quero dizer que a urdidura dessas estabilidades está sujeita às agressões da mobilidade humana, porque cada vez mais pessoas e grupos se relacionam com a realidade de se terem de mover ou com a fantasia de se quererem mover. (Appadurai, 1997:33,34) p.88

“Uma só verdade diz respeito à relação entre espaço, estabilidade e reprodução cultural. Há uma necessidade urgente de focalizar as dinâmicas culturais naquilo a que hoje se chama desterritorialização”(Appadurai, 1997:48) p.89

Appadurai apela a uma desterritorialização da observação e do olhar defendendo visões mais flexíveis do espaço com o objetivo de capturar “o impacto nos recursos imaginativos das experiências vividas localmente.”(Appadurai, 1997:52) p.90

1.3 Difundindo Justiça Espacial

“Injustice anywhere is a threat to justice everywhere.”

Martin Luther King, carta escrita na prisão de Birmingham, 16 de Abril, 1963

Um olhar histórico e geográfico aos fundamentos da justiça espacial levar-nos-ia à polis grega e à teoria aristotélica de que o ser urbano é a essência do ser político, como também nos remeteria para o surgimento das democracias liberais e o pós-guerras, centrando atenções na crise urbana dos anos 60 do sec XX, com epicentro em Paris e nas formulações realizadas por Henri Lefebvre e Michel Foucault.

Abarcado pelos constrangimentos do passado e pela evidência da contemporaneidade, surge uma nova abordagem que começa a inquirir o espaço, como fator a equacionar, a par dos aspetos sociológicos e históricos de cada lugar.

O termo “Justiça Espacial” surge no campo das ciências sociais com múltiplas abordagens à problemática que se encontram em diversas obras como:

“Social Needs and Resources in Local Services” Bleddyn Davies (1968);

“Social Justice and the City” David Harvey (1973);

“Spatial Justice and the Black American Voter: The Territorial Dimension of urban Politics” John O’Laughlin (1973);

“Société, space et Justice: inégalités régionales et justice socio-spatiale” Alain Reynaud (1981);

“On Spatial Justice” G.H.Pirie (1983);

“Justice and the Spatial Imagination” Mustafa Dikeç (2001);

“Seeking Spatial Justice” Edward Soja (2010)

A injustiça espacial é apresentada neste plano teórico, como processo estrutural de criação de desigualdades territoriais.

Esta consciência é desenvolvida junto de linhas de pensamento com origem no campo disciplinar da geografia marxistas, que utiliza as teorias da filosofia e do marxismo para examinar as relações espaciais da geografia humana.

Ganha, a expressão que lhe conhecemos hoje, através dos trabalhos desenvolvidos pelos geógrafos David Harvey e Edward Soja, inspirados pelos conceitos dos autores clássicos, relidos à luz dos espaços e desafios contemporâneos na procura do entendimento entre espaço, sociedade e exclusão.

David Harvey publica em 1973 uma compilação de seis ensaios que intitula de “Social Justice and the City”. Não será de somenos, reparar que aplica o termo “territorial justice” para descrever a sua noção da espacialidade da justiça, porque o termo “territorial” remete para a ideia de uma área sob jurisdição. Por isso ninguém fala em território lunar, mas sim espaço lunar por exemplo. Essa subtileza poderá ser determinante para a confrontação dos conceitos apresentados de cada autor.

Harvey confronta o paradigma liberal e o paradigma marxista dividindo o trabalho em partes distintas “Liberal Formulations / Socialist Formulations”.

Questiona sobretudo as circunstâncias, do pesado lastro de consequências, do desenvolvimento capitalista e o seu futuro enquanto sistema social. Fala-nos da produção de espaço e do desenvolvimento urbano como invariavelmente especulativos no paradigma liberal, na desmesura e na forma como produz e reproduz geografias injustas.

“An urbanism founded upon exploitation is a legacy of history. A genuinely humanizing urbanism has yet to be brought into being”. (Harvey, 1973, p. 314)

“Um urbanismo fundado na exploração é um legado da história. Um urbanismo genuinamente humanizante ainda terá que ser formulado”.

Edward Soja publica em 2010 a obra “Seeking Spatial Justice”, resultado de uma série de textos desenvolvidos desde a década de 1980, que partem da constatação de que a análise teórica urbana privilegia a dimensão temporal em detrimento do espaço.

Advoga aqui uma mudança de paradigma, a que chama “spatial turn”, que abre caminho a uma dialética sócio-espacial que assume a atividade humana como legível tanto no tempo e nas suas interações sociais como no espaço, e propõe aliar o novo conceito de Justiça Espacial em inteiro complemento aos conceitos, mais familiarizáveis, de Justiça Social e Justiça Ambiental.

“My objective is clear: to stimulate new ways of thinking about and acting to change the unjust geographies in which we live”p.5

A sensibilidade espacial crítica, para Soja, estabelece-se segundo três premissas que se podem resumir nos seguintes pontos:

- a) A espacialidade ontológica do ser (somos todos seres espaciais, bem como sociais e temporais)
- b) A produção social da espacialidade (o espaço é produzido socialmente e pode, portanto, ser socialmente alterado).
- c) A dialética socioespacial (as formas espaciais moldam o social como o social molda o espacial)

“Thinking spatially about justice not only enriches our theoretical understanding, it can uncover significant new insights that extend our practical knowledge into more effective actions to achieve greater justice and democracy.” Edward Soja, p1

A tradição de Lefebvre ecoa também no trabalho de Peter Marcuse que se propõe a “colocar o espaço no seu lugar” sistematizando as cinco preposições da Justiça Espacial:

Preposição I: Há duas formas cardinais de injustiça espacial:

- A. A confinamento involuntária de um grupo a um espaço - segregação, criação de gueto - argumento da ausência de liberdade;
- B. A alocação desigual de recursos pelo espaço - argumento dos recursos desiguais;

Preposição II: A justiça espacial é derivada de uma injustiça social mais ampla - argumento derivativo;

Preposição III: As injustiças sociais têm sempre uma dimensão espacial, que não pode ser dissociada na abordagem - argumento das soluções espaciais;

Preposição IV: As soluções espaciais são necessárias mas não suficientes para remediar as injustiças espaciais - muito menos a injustiça social - argumento das soluções parciais ;

Preposição V: O papel da injustiça espacial relativamente à injustiça social depende da mudança das condições sociais, políticas e económicas, existindo hoje uma tendência para aumentar ou diminuir a importância do espaço - argumento da inscrição histórica.

Fonte: Marcuse “Spatial Justice: Derivative but Causal Social Injustice”(2009, pp.4-5)

Por sua vez, Mustafa Dikeç traça a conceptualização do termo “Justiça Espacial” através da formulação dialética entre a “espacialidade da injustiça” e a “injustiça da espacialidade” no artigo publicado em 2001 intitulado “Justice and the spatial imagination”.

A espacialidade da justiça implica que a justiça tem uma dimensão espacial, portanto, que uma perspectiva espacial pode ser usada para discernir a injustiça no espaço que pode efetivamente ser captada por uma análise dos padrões de distribuição.

A injustiça da espacialidade, por sua vez, implica estruturas existentes na sua capacidade de produzir e reproduzir a injustiça através do espaço.

A conceptualização implica dois pontos essenciais:

. A análise não deve apenas basear-se no que está em causa, mas também nos seus componentes.

. A forma e o processo são inseparáveis e devem ser considerados em conjunto.

“Como diz Lefebvre: “A dialética está de volta”...Mas já não é a dialética de Marx, tal como a de Marx já não era a de Hegel...a dialética de hoje já não se agarra à historicidade e ao tempo histórico. Reconhecer o espaço, reconhecer o que torna lugar ali e para que serve é retomar a dialética” Mustafa Dikeç p.93¹

“O espaço social não é uma coisa entre outras coisas, nem um produto entre outros produtos...não pode ser reduzida à classificação de um objeto simples...É o próprio resultado das ações passadas, o espaço social é que permite que novas ações ocorram, sugerindo umas e proibindo outras.” Mustafa Dikeç²

¹ no original:“The dialectic is back on the agenda. But it is no longer Marx’s dialectic, just as Marx’s was no longer Hegel’s...The dialectic today no longer clings to historicity and historical time. To recognize space, to recognize what ‘takes place’ there and what it is used for is to resume the dialectic; analysis will reveal the contradictions of space”

² no original:“(Social) space is not a thing among other things, nor a product among other products It is the outcome of a sequence and set of operations, and thus cannot be reduced to the rank of a simple object Itself the outcome of past actions, social space is what permits fresh actions to occur, while suggesting others and prohibiting yet others”

Portanto, a tónica está no espaço em si, como também está nos processos que o produzem e nas implicações da sua produção segundo as dinâmicas de relações sociais, económicas e políticas.

Neste sentido, a noção de justiça espacial é uma crítica, à exclusão, dominação e opressão sistemáticas; Uma crítica destinada a cultivar novas sensibilidades que animariam as ações de combate à injustiça, informado pelas noções do direito à cidade e o direito à diferença e à resistência.

A dominação, como forma de injustiça, manifesta-se no espaço, mais visível em ambientes construídos, mas também nas outras formas de espaço menos visíveis de fluxos, distribuições, redes e instituições.

Mustafa Dikeç defende uma política emancipatória espacialmente informada, como supressão da dominação e repressão.

Consiste em três noções: compreender dialética espacial da justiça (a espacialidade da injustiça e a injustiça da espacialidade), o direito à cidade e o direito à diferença.

Começa a existir uma certa consciência da eficácia da estratégia neoliberal na dispersão geográfica, e aqui falando especificamente dos bairros sociais, estabelecidos longe dos lugares politizados dos centros das cidades e que promovem através do meio, o controle da população. Os trabalhadores não são só explorados nos seus trabalhos, como também dominados na sua cidade, excluídos pelo empreendedorismo urbano ou expulsos através de projeto de renovação urbana.

O vínculo deve ser a ética, no sentido de que é alimentado através da relação social. Tal concepção é necessária para implicar que as formas de práticas moralmente defensáveis devem ser socialmente negociadas, através do envolvimento, em vez de serem manipulados pelas ansiedades dos grupos dominantes na cidade.

Exige antagonismo e contestação, e nem sempre reconciliação sem esforço, pela simples razão de que a própria produção de espaço é decididamente política.

Lutar contra as forças especulativas e contra a negação da humanidade. Enleio universal que une não só os afetados, mas todos os que desejam negar a negação da humanidade.

“manter concepções de justiça social como parte de visões mais gerais da sociedade, e adquirir essas visões através da sua experiência de viver em sociedades reais com estruturas definidas e incorporando tipos particulares de relacionamento interpessoal”(1976 p.342) David Miller

2. Arquitetura de Intervenção em espaços informais

A abordagem reflexiva sobre o que deve ser a intervenção de arquitetura em espaços informais, parte do argumento crítico à rigidez e incapacidade dos modelos racionalistas, de prestar o devido entendimento face às potencialidades intrínsecas às morfologias auto-produzidas.

Do decorrer do sec. xx, grande parte do investimento técnico, financeiro e teórico, privilegiou a metalinguagem da cidade formal e a sua degenerescência abriu caminho para novas linhas de pensamento como “A cidade justa” de Susan Fainstein (2010) e a “Justiça espacial” de Edward Soja (2010).

Sem conseguir evitar o perpetuar de múltiplas discriminações (sociais, raciais, de género), a demolição por decreto de bairros informais fracassou, anestesiou a sociedade criando uma falsa noção de que o problema se resolve com a especulação orientada em sentido único, distribuindo pessoas em bairros sociais, numa precariedade vertical, de densidade elevada e de espaços diminutos, onde a atribuição nem sequer segue os critérios da maior urgência e necessidade. A falsa noção que se materializa na imagem da ordem que urbaniza a pobreza, esconde as carências e enuncia igualmente um falso respeito pelo direito à habitação.

Novas abordagens, reconhecem os erros do passado e colocam a possibilidade de integração destes territórios na cidade formal, discutindo a pertinência da sua manutenção, com progressivos melhoramentos e envolvendo as comunidades em processos participativos.

A casa e o bairro nascem da interdependência entre os constrangimentos físicos e sociais existentes, bem como da correlação de forças entre todos os intervenientes numa escala de proximidade.

Estes territórios deixados sem qualquer suporte técnico e institucional, apresentam enormes fragilidades na organização geral dos espaços, que conduzem à segregação social e espacial.

Promovida pela disfuncionalidade de conexões urbanas, a precariedade ou inexistência de condições de saneamento, a falta de espaços públicos de qualidade transversal a toda a comunidade e a inúmeras questões de habitabilidade relativas às condições de segurança e conforto das construções.

As dificuldades enumeradas não esgotam as possibilidades de intervir nestes bairros como muitos são levados a pensar, muito pelo contrário, este é o verdadeiro caderno de encargos que deve ser assumido e não a alienação perversa do “pronto a vestir”.

Muito embora o que salte à vista seja a carência, é importante realçar que estes espaços constroem-se à medida das necessidades de quem habita e são criadas estruturas de comunitárias de entreajuda que revelam a capacidade de superação e resiliência.

Cientes do desafio inerente, começaram a surgir intervenções de reestruturação urbana, com o trabalho de especialistas de diversas áreas que pretendem, a várias escalas resolver localmente alguns dos problemas. Partindo da hipótese de que algumas das soluções para a habitação e para ordenamento do território podem emergir destes territórios.

As grandes forças de bloqueio, quando se fala em intervenção em territórios espontâneos, são questões técnicas (segurança), financeiras (propriedade) e políticas. É desejável, como fator de impulso e ativação da energia criativa, o desbloquear desta barreira burocrática, justificada pela falta de instrumentos e ausência de uma prática regular. A verdade é que, resolvidos estes entraves o processo de consolidação irá verificar-se. Tomemos como exemplo, por todo o país, os processos de legalização das AUGI (Áreas, Urbanas de Génese Illegal) que iremos falar mais adiante em detalhe.

Uma perspectiva muito interessante e crítica sobre toda esta questão da legalidade, é o trabalho desenvolvido pelo antropólogo Andrea Staid, nascido em 1982, estudou durante um longo período as franjas urbanas de Milão e dedicou os últimos anos à pesquisa, um pouco por todo o mundo, das formas alternativas de habitar, que resultou na recente publicação do seu livro “Abitare illegale, Etnografia del vivere ai margini in Occidente.”(2017)

No seu trabalho Investiga as motivações e o modos de vida de quem vive de forma informal por escolha, cultura ou necessidade. Na sua pesquisa faz muitas vezes referência à arquitetura vernacular como sendo a forma mais original de viver contendo uma profunda consciência de autoconstrução.

“A nível macroscópico, a vida é um problema a gerir no sentido social e logístico, pelo que é necessária uma nova consciência crítica que tenha em conta os fluxos migratórios e as condições ambientais e económicas globais. No entanto, a nível individual, trata-se, antes de mais, de uma necessidade e de um direito. Para quem ali vive, de facto, a casa não é apenas um edifício, mas um lugar de pertença que tem a ver com a própria identidade e com um certo modo de colocar-se no mundo e no sistema global. Uma coisa é certa,

que os modos alternativos de viver são uma forma mais ou menos legítima de se auto-destruir de um sistema autodestrutivo.”³Andrea Staid, artigo - “l'abitare illegale ci insegna l'urbanistica del futuro”-Vice 2017

Staid no seu livro descreve casos onde os processos de autoconstrução se revelam uma alternativa viável e muitas vezes mais eficiente, desde situações de emergência como resposta a calamidades, dando o exemplo das regiões Italianas fortemente afetadas por terremotos (Friuli, Abruzzo,Emília) que geraram uma enorme especulação imobiliária e cidades de tendas. Um dos exemplos mais curiosos é o projeto de uma arquiteta de Emília (região no norte de Itália), Mina que após o terremoto(2012) decidiu construir uma casa feita de cânhamo "um modo de vida eco-compatível, com baixo consumo de energia e também anti-sísmico” Andrea Staid 2017



Fig.4 construção, blocos de cânhamo

³ no original:“A livello macroscopico, l'abitare è un problema da gestire in senso sociale e logistico, per cui è necessaria una nuova coscienza critica che tenga conto dei flussi migratori, e delle condizioni ambientali ed economiche globali. A livello individuale, invece, è innanzitutto una necessità e un diritto. Per chi ci vive, infatti, la casa non è soltanto un edificio ma un luogo di appartenenza che ha a che fare con la propria identità e con un certo modo di collocarsi nel mondo e nel sistema globale. Una cosa è certa, che i modi di vivere alterativi sono una maniera più o meno lecita di chiamarsi fuori da un sistema che si sta autodistruggendo.”

Depois fala-nos do que chama de “arquitetura de bricolagem” dos que vivem nas margens das cidades consolidadas e que embora não estando em situação de emergência são fortemente afetados pelos constrangimentos económicos.

"Obviamente, estes espaços são menos ecológicos, mas podemos considerá-los como rituais de resistência à exclusão social criada pelo sistema dominante, onde pagar a casa não é um direito, mas um luxo"⁴ Andrea Staid 2017



Fig.5 exemplo “arquitetura de bricolagem”

⁴ no original: "Ovviamente questi spazi sono meno ecologici, ma li possiamo considerare dei rituali di resistenza all'esclusione sociale creata dal sistema dominante, dove permettersi la casa non è un diritto, ma un lusso"

Por fim, dá-nos o exemplo das eco-aldeias como resposta ao desperdício e poluição.

"Os habitantes destas aldeias não só optam por construir uma bela casa no bosque, mas também fazem uma crítica radical das políticas anti-ecológicas e fazem-no de forma criativa, com uma nova abordagem à sociedade: reconstrutiva, ecológica, comunitária e ética".⁵ Andrea Staid 2017



Fig.6 eco-vila

⁵ "Gli abitanti di questi villaggi non scelgono solo di costruirsi una bella casetta nel bosco, ma attuano una critica radicale alle politiche anti-ecologiche e lo fanno in modo creativo, con un nuovo approccio alla società: ricostruttivo, ecologico, comunitario ed etico"



Fig.7 eco-vila



Fig.8 eco-vila

Após termos abordado a importância da autodeterminação nos modos de habitar e desmistificar a questão da legalidade é importante colocar agora o foco nas estratégias de intervenção em espaços informais, como sendo a resposta à questão da dialética fragilidades-potencialidade.

Podemos apontar como um dos cenários possíveis a transformação de bairros informais em partes de cidade formal. Isso é conseguido através de planos urbanos que privilegiam uma estratégia integradora de múltiplas escalas, de cariz democrático e que dê enfoque à construção de processos participados como forma de acomodar o máximo possível de realidades sociais, económicas e culturais. Para sublinhar o âmbito das proposta, dividimos em três categorias de ação: **Legislação; Observação; Execução.**

Legislação

Um exemplo muito significativo é o trabalho desenvolvido por Sasha Tsenkova (professora de planeamento e desenvolvimento internacional) sobre os bairros informais na Europa de leste, resultando na publicação da obra “Housing Policy Reforms in Post-Socialist Europe: Lost in Transition” (2009).

O argumento aqui desenvolvido privilegia soluções de políticas de desenvolvimento que questionem a ortodoxia das estratégias de planeamento convencionais e propõe combater a marginalização física e jurídica dos assentamentos informais através do reconhecimento formal que cabe às instituições exercer, provendo legislação que enquadre assentamentos informais no contexto do urbanismo formal, que providencie serviços públicos (ex: escolas, serviços de saúde) e infra-estruturas (ex: estradas, transportes público, saneamento básico).

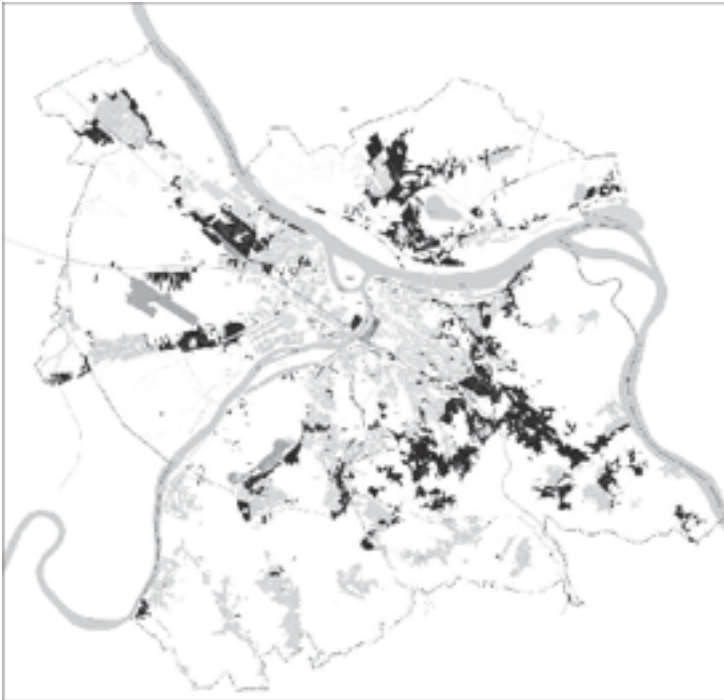


Fig.9 mapa bairros informais, Belgrado, Sérvia



Fig.10 bairro informal, Escócia, Macedónia do Norte



Fig.11 bairro informal, Albania

Observação

Uma das propostas mais estimulantes é o caso do projeto “observatório da Chicala”, sediado no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto em Luanda. Propõe uma metodologia assente na investigação e não apenas na intervenção direta, debruçando-se especialmente sobre a história do lugar, a forma urbana e a cultura, criando um repositório de dados fruto de práticas envolvendo os moradores, autoridades locais e especialistas de várias áreas. Este trabalho é de relevante importância, uma vez que estes territórios tendem a ser demolidos sem qualquer estudo científico fazendo com que as instituições mergulhem num profundo desconhecimento das dinâmicas espaciais e sociais associadas a estes territórios, refletindo-se à posteriori com o perpetuar de erros urbanísticos que não resolvem os problemas, mas que tão somente lhes atribuem nova imagem. Com efeito, as iniciativas deste observatório têm contribuído, através de exposições públicas e conferências, para recentrar o debate nas questões da responsabilidade social no seio da comunidade académica, como também para repensar a prática profissional. Na sua intervenção usam os instrumentos da arquitetura e das ciências sociais, nomeadamente através da representação técnica das formas arquitectónicas/urbanas como também através de inquéritos e metodologias participativas.



Fig.12 bairro informal, Chicala, Luanda



Fig.13 levantamento fotográfico Chicala, Luanda



Fig.14 inquérito, Chicala, Luanda



Fig.15 mapeamento, Chicala, Luanda

Execução

“Uma outra proposta é a de realizar intervenções de proximidade adaptadas a cada situação, procurando resolver problemas concretos na expectativa de provocar um efeito multiplicador. Estas iniciativas podem ir desde a criação de novos bairros com maior ou menor grau de desenho participativo como no exemplo do Chile, Alejandro Aravena e Lacobeli no Chile (2012) à análise da ocupação e propostas de intervenção num arranha-céus inacabado em Caracas (Brillembourg e Klumpner, 2013)” Filipa Ramalhete (2018)

Podemos acrescentar o projeto de reformulação de um bairro no Cairo por parte da fundação Aga Khan trust for culture, ou protótipos de habitação de um processo participativo em Yerawada, Pune, Índia, e ainda uma Tipologia de habitação, intervenção pós catástrofe natural, Itakura core house do Atelier Bow-Wow.



Fig.16 Alejandro Aravena e Lacobeli no Chile (2012)



Fig.17 Alejandro Aravena e Lacobeli no Chile (2012)



Fig.18 Alejandro Aravena e Lacobeli no Chile (2012)



Fig.19 Torre David,Caracas (Brillembourg e Klumpner, 2013)



Fig.20 Torre David,Caracas (Brillembourg e Klumpner, 2013)

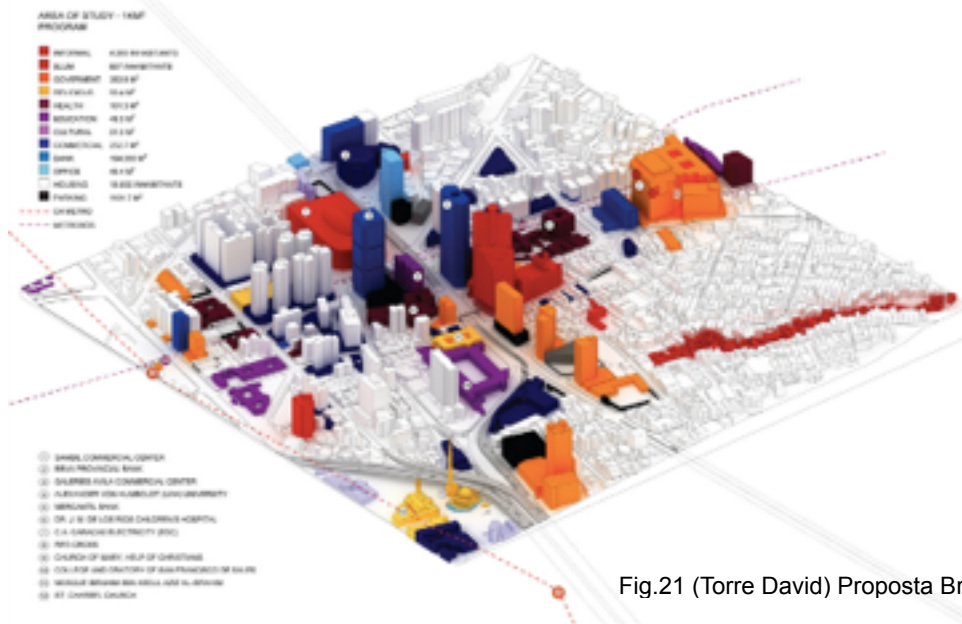
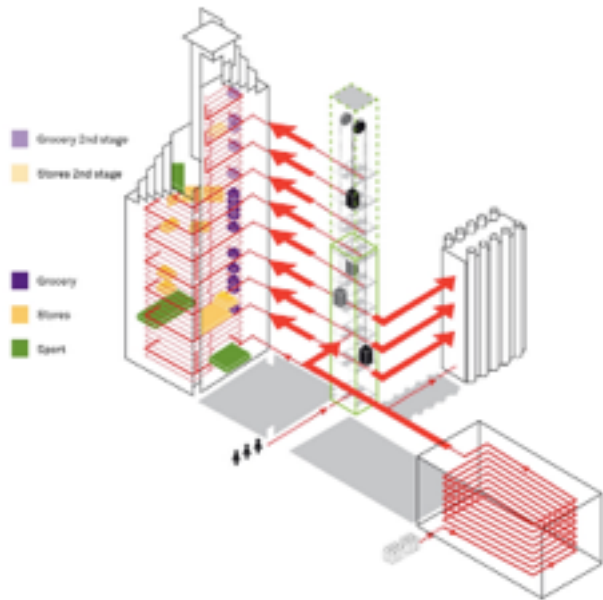


Fig.21 (Torre David) Proposta Brillembourg e Klumpner,(2013)



Fig.22 Cairo, antes da intervenção da fundação Aqa Khan



Fig.23 Cairo, após a intervenção da fundação Aqa Khan

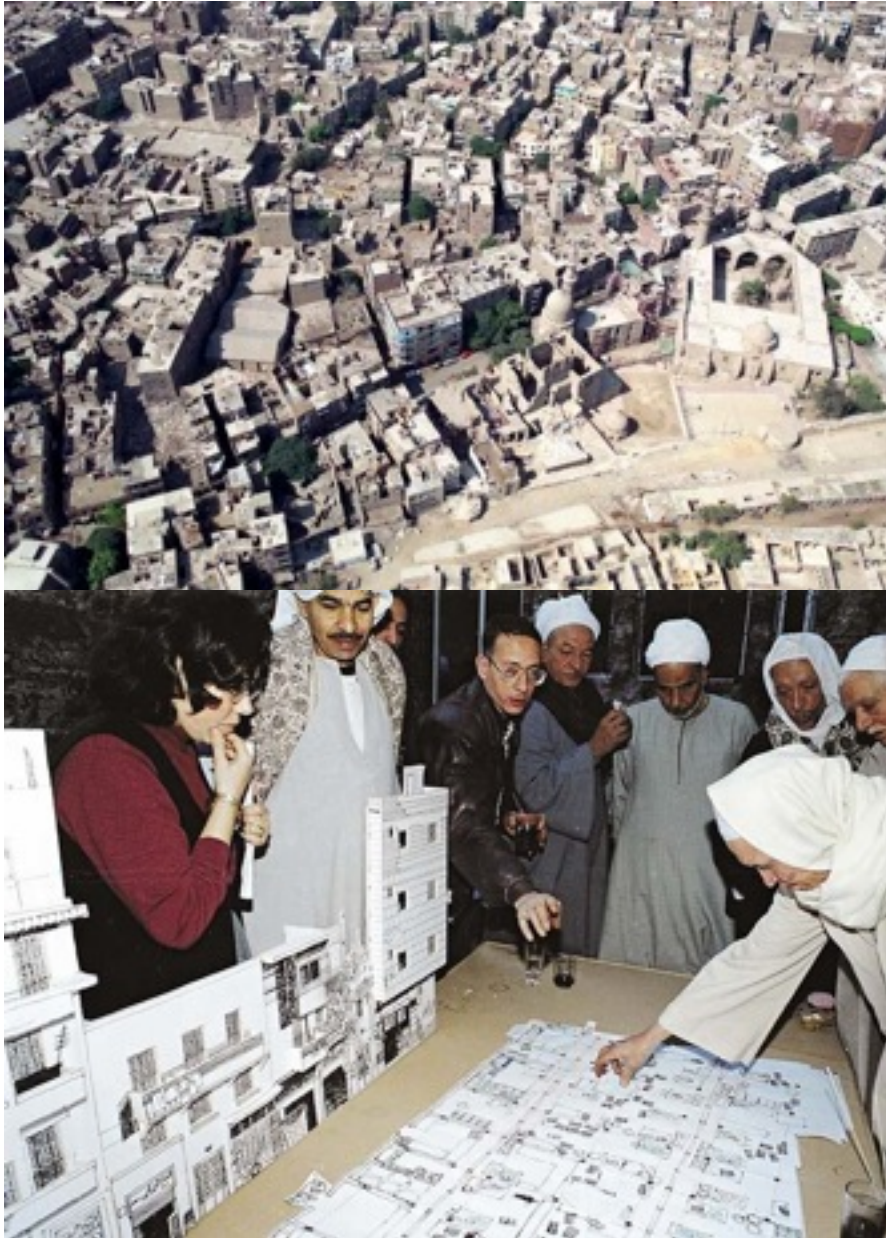


Fig.24 Cairo, processos participativos



Fig.25 Cairo, após a intervenção

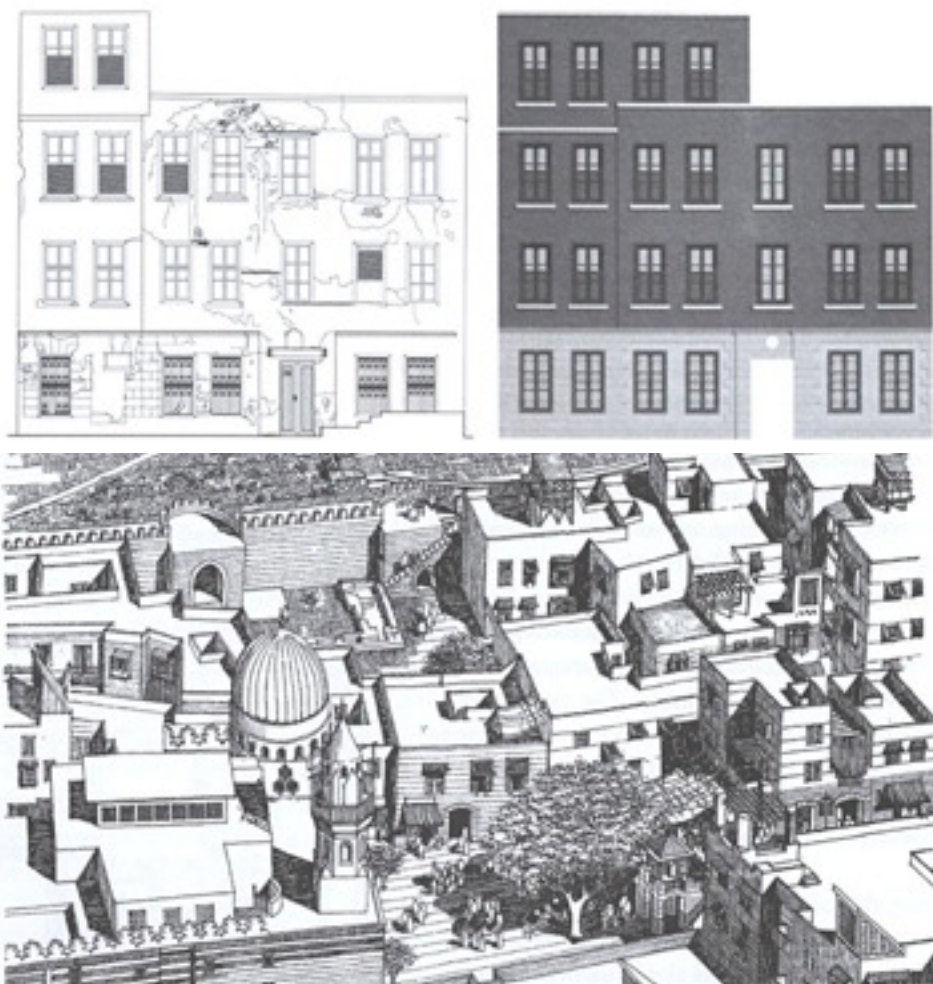


Fig.26 Cairo, reabilitação mantendo as características do existente



Fig.27 processos participativos em Yerawada, Pune, Índia



Fig.28 arquitetura de intervenção em Yerawada, Pune, Índia



Fig.29 estratégia de intervenção em Yerawada, Pune, Índia

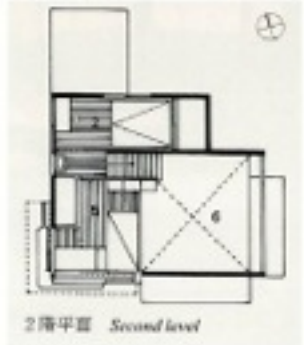


飯沼建設による被災者住宅建設支援プロジェクト/岡山建築研究所

・地域の本材を利用して、床・壁・屋根を構成することで、断熱性と調湿性に優れる

Fig.30 Japan Itakura core house (Bow-Wow)

最小限住居の系譜 Genealogy of minimum housing



立体最小限住居 / 池辺陽 / 1950.3/ 延床面積 :47㎡
3-Dimensional Minimum House / Kiyoshi Iikebe / 1950.3/total floor area:47㎡

Fig.31 estudo da tipologia tradicional local (Atelier Bow-Wow)

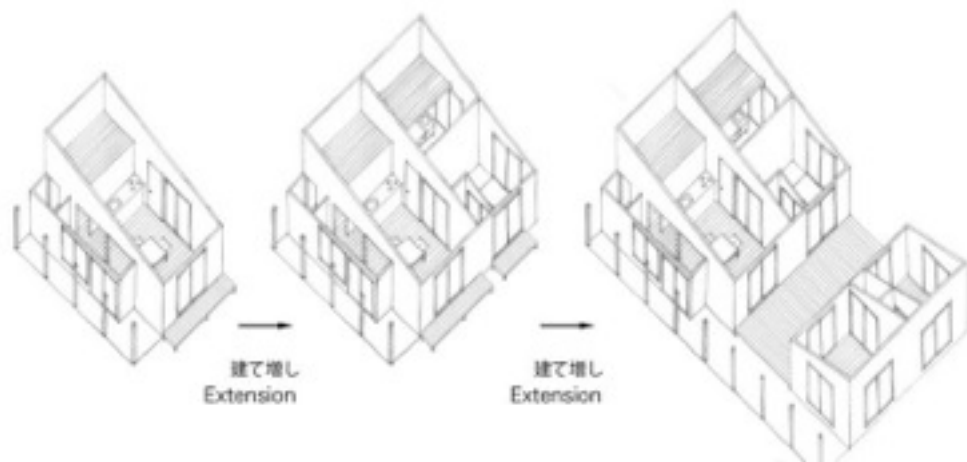


Fig.32 proposta tipologia (Atelier Bow-Wow)

Todas estas propostas partem da premissa de que a comunidade é o motor dinamizador e que, independentemente da multiplicidade de situações é possível propor soluções para estes espaços.

Um dos maiores desafios prende-se com a enorme dificuldade em sistematizar todo o processo de intervenção, justamente pela complexidade de prover respostas aos problemas específicos de cada contexto. Em todo o caso, começam a ser dados indicadores que apontam para uma possível sistematização das características de intervenção, no sentido de criar uma metodologia que possa ser aplicada a uma grande parte das múltiplas realidades vigentes.

Com base na experiência de intervenção nesta tipologia de território, podemos avançamos com a proposta de sistematização que nos é apresentada pelo CEACTION (Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território) da Universidade Autónoma com a coordenação da professora e investigadora Filipa Ramalheite.

2.1 Características de intervenção em espaços informais:

Habitação e condições de habitabilidade:

.Devem ser consideradas intervenções com vista à melhoria ou reformulação integral das condições de habitabilidade;

Intervenção de proximidade:

.É um aspecto fundamental sobretudo pela dificuldade de resolução integral dos problemas existentes e a escassez de recursos financeiros;
.Dar resposta às dificuldades em gerir as dinâmicas de participação, nomeadamente a autoconstrução;
.A intervenção deve partir da requalificação do espaço público ou associado à construção ou melhoramento de equipamentos comunitários.

Intervenção contracorrente:

.Os projetos devem seguir correntes de pensamento que questionem a ordem estabelecida, de forma criativa, solucionando problemas criados pelo próprio sistema.
.As soluções propostas não necessitam de ser à margem da legislação, mas que se apresentem como alternativa.
.Esforços redobrados para aquisição de financiamentos alternativos (ex: crowd funding);

Participação e colaboração:

.A participação e colaboração é um processo fundamental para a tomada de decisões relativas ao território a intervir, devendo manter-se também na execução dos projetos. (concepção, construção, dinamização, manutenção);

Temporalidade e permanência:

.A temporalidade e permanência é muito variável, podendo ser de carácter pontual de dias ou semanas, como também podem prolongar-se por vários anos, multiplicando o número de agentes envolvidos.

Opção pelos recursos locais:

.A opção pelos recursos deve privilegiar mão de obra local, materiais e técnicas de construção da região dando seguimento às soluções lógicas apresentadas pela construção informal.

Esquema 1

Características das intervenções em espaços informais

Fonte:Revista digital Estudo Prévio - Papers/ Filipa Ramalhete + Sérgio Silva. Intervenções arquitectónicas em espaços informais.(2018)

2.2 Contextualização do caso português

No caso português, o magma da expansão urbana à escala metropolitana tem início com o êxodo rural na década de 1960, dando origem aos grandes bairros informais. Na década de 1970, com o retorno de cidadão portugueses provenientes das antigas colónias e com a chegada de imigrantes desses mesmos países a situação ganha nova expressão nas franjas da cidade consolidada, criando bairros de precariedade diversa - em áreas públicas ou privadas, na sua maioria classificadas para outro uso (sobretudo agrícola) ou sem condições para construção (áreas de risco).

Após o 25 de Abril, o processo SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), foi pioneiro pela discussão que se gerou em torno do direito à habitação, reivindicado pela população e promovido pela afirmação de jovens arquitetos com desenvolvimento de trabalho conjunto, a par dos habitantes a quem se lhes destinavam os projetos. Para além do facto dos projetos envolverem a participação dos moradores, outra característica de especial importância foi, em alguns casos, a construção no local sem ter que implicar a deslocação das populações.



Nas décadas seguintes surge o PER (Programa especial de realojamento) com o objetivo de apoiar financeiramente as câmaras municipais na construção de novos bairros para realojar a população dos bairros informais que se destinavam à demolição.

Ao contrário do processo SAAL, todos os outros programas predominantemente resultaram num vasto parque de habitação social municipal que implicou a deslocação dos moradores para zonas periféricas, desconexas da cidade consolidada, destruindo as dinâmicas sociais pré-existentes, limitando-se a receber e orientar as comunidades no processo de mudança.

O pensamento inerente a muitos destes projetos gerou inoperâncias que importa resolver.

É importante que se teste e desenvolvam novas metodologias, ainda que sejam de carácter temporário, mas que possibilitem dar resposta a parte dos problemas identificados, enquanto os novos planos se adaptam à nova realidade. É urgente repensar os instrumentos de gestão territorial e partir para novas perspectivas à escala do urbano que definam estratégias mais eficazes e menos formais.

2.3 Programa Bip/Zip - projeto de bairros prioritários CM-Lisboa

“Devemos à Vereadora Helena Roseta a ideia, a iniciativa e a força para vencer o preconceito do estigma. Onde muitos viam bairros “críticos, problemáticos, e outros eufemísticos adjetivos, ela viu bairros e zonas de intervenção prioritária. Prioridade à participação, à mobilização, à integração, à criação. Viu bem e esta é a pequena amostra do muito que temos perdido e que perdemos quando desistimos de ter uma Lisboa completa, de todos e para todos.” António Costa (2013)

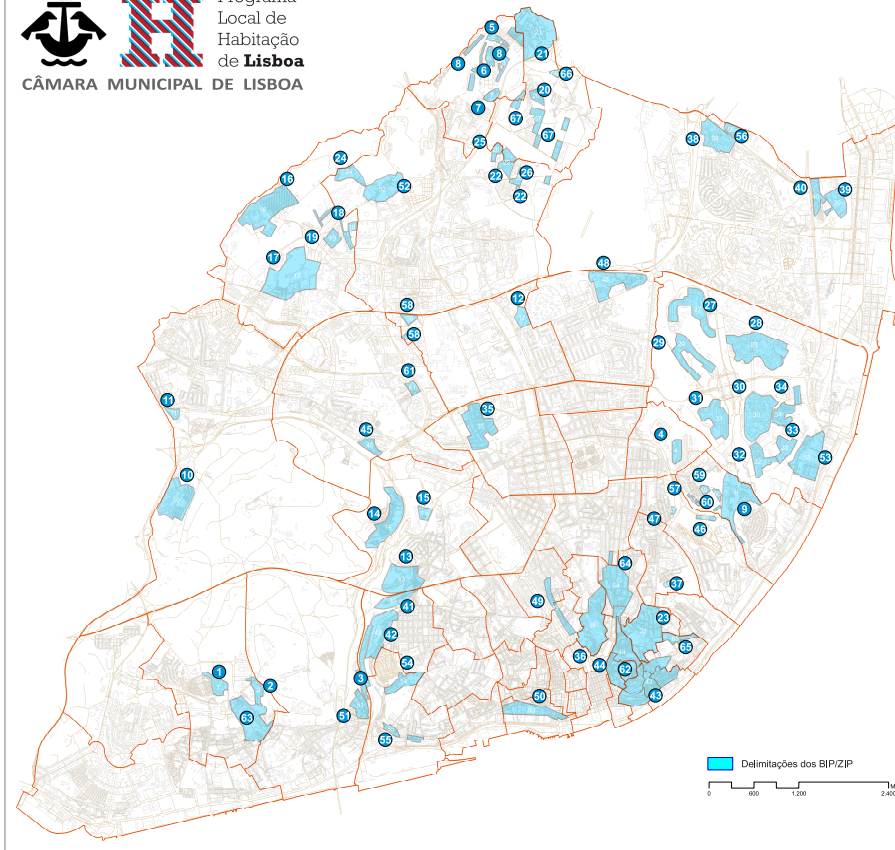
Inspirado no processo SAAL lançado por Nuno Portas após o 25 de Abril (então secretário de estado da habitação e urbanismo) e imbuído nas linhas de pensamento que nos acompanharam neste ensaio, o programa Bip/Zip lançado em 2011 é um projeto da iniciativa da CM-Lisboa, dinamizado pela Arquitecta Helena Roseta, que com a sua memória atenta, trabalho sério e discreto conseguiu reabrir uma janela de oportunidade que esteve encerrada durante quatro décadas.

O programa estabelece parcerias de base local que se destinam a apoiar grupos de ação cidadã que desenvolvam os seus projetos junto das comunidades nos bairros de intervenção prioritária inscritos na Carta dos BIP/ZIP de Lisboa.



Programa
Local de
Habitação
de Lisboa

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



Carta dos BIP/ZIP

Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa

Identificação BIP/ZIP	Proposta
1. Arroios de Apele	Apele
2. Baixa da Moura	Apele
3. Bairro da Calheta / Bairro do Lavra / An. De Ocaia sul	Alameda, Parque Comemorativo
4. Bairro da Moura	Alameda, Moura
5. Beato	Alameda
6. Bairro da Moura	Alameda
7. Bairro da Moura	Alameda
8. Alameda D'Ávila	Alameda
9. Bairro / Estação de Orlas	Beato
10. Moura	Beato
11. Moura / Moura Central	Beato
12. Moura	Beato Grande
13. Moura	Beato Grande
14. Moura	Beato Grande
15. Moura	Beato Grande
16. Moura	Beato Grande
17. Moura	Beato Grande
18. Moura	Beato Grande
19. Moura	Beato Grande
20. Moura	Beato Grande
21. Moura	Beato Grande
22. Moura	Beato Grande
23. Moura	Beato Grande
24. Moura	Beato Grande
25. Moura	Beato Grande
26. Moura	Beato Grande
27. Moura	Beato Grande
28. Moura	Beato Grande
29. Moura	Beato Grande
30. Moura	Beato Grande
31. Moura	Beato Grande
32. Moura	Beato Grande
33. Moura	Beato Grande
34. Moura	Beato Grande
35. Moura	Beato Grande
36. Moura	Beato Grande
37. Moura	Beato Grande
38. Moura	Beato Grande
39. Moura	Beato Grande
40. Moura	Beato Grande
41. Moura	Beato Grande
42. Moura	Beato Grande
43. Moura	Beato Grande
44. Moura	Beato Grande
45. Moura	Beato Grande
46. Moura	Beato Grande
47. Moura	Beato Grande
48. Moura	Beato Grande
49. Moura	Beato Grande
50. Moura	Beato Grande
51. Moura	Beato Grande
52. Moura	Beato Grande
53. Moura	Beato Grande
54. Moura	Beato Grande
55. Moura	Beato Grande
56. Moura	Beato Grande
57. Moura	Beato Grande
58. Moura	Beato Grande
59. Moura	Beato Grande
60. Moura	Beato Grande
61. Moura	Beato Grande
62. Moura	Beato Grande
63. Moura	Beato Grande
64. Moura	Beato Grande
65. Moura	Beato Grande
66. Moura	Beato Grande
67. Moura	Beato Grande

10 de Novembro de 2010

A delimitação das áreas prioritárias segue o critério da sobreposição de dados estatísticos que permitiu identificar, numa ordem cartográfica, as áreas esquecidas, abandonadas, com maior vulnerabilidade nos indicadores socio-económicos, ambientais e urbanísticos.

Uma vez exposta a fractura sócio-territorial georeferenciada partiu-se para o trabalho de campo com o objetivo de encontrar os BIP-ZIP. Assim nasceu a Carta, com 67 bairros identificados e validados em consulta pública.

A Carta dos BIP/ZIP é uma carta aberta, revista periodicamente, consoante a evolução que se vai fazendo sentir no território.

A CM-Lisboa adjudica para o projeto, 1 milhão de euros anuais, a atribuir mediante concurso a parcerias de pelo menos duas entidades que se podem constituir entre juntas de freguesia, associações locais, coletividades, organizações não-governamentais como também por grupos informais.

As parcerias devem garantir:

- .fomentar a cidadania e a auto-organização dos moradores;
- .contribuir para uma imagem positiva destes territórios onde se desenvolvem;
- .criar um clima favorável ao empreendedorismo e à capacidade de iniciativa local.

.....
Os promotores e parceiros de cada projeto poderão candidatar-se a um orçamento máximo de 50 mil euros anuais e assumir a responsabilidade pela concepção e execução, bem como a avaliação e prestação de contas.

É determinante para a correlação de forças que se crie entre os intervenientes uma estrutura organizacional que faça a gestão articulada entre projetos que se verifiquem na mesma área de influencia. Para tal foram propostos os GABIP, Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária, que fazem a ponte entre as associações de base local, as instituições públicas e os restantes parceiros.

Devido à multiplicidade de temas nos campos de ação, a metodologia de intervenção é designada pelos grupos de trabalho que se candidatam ao programa. Podemos dizer que a metodologia transversal aos projetos é uma metodologia flexível, abrangente, capaz de congregar múltiplas escalas e dinâmicas de grupo em torno de objetivos comuns. Os temas que vão sendo apresentados organizam-se em cinco grupos: Melhorar a vida no Bairro; Competências e empreendedorismo; prevenção e inclusão; promoção da cidadania; reabilitação e requalificação de espaços.

Vamos centrar atenções em um exemplo que caracteriza da melhor forma o potencial transformador deste tipo de programas, podendo ser consultados os restantes temas e projetos na plataforma digital <https://forumurbano.pt/>

Projeto: PRODAC Sul e Norte em Movimento 2012 - 2015

Entidades: Associação moradores da PRODAC; Ateliermob; Junta de Freguesia de Marvila.

Montante atribuído pela CML: 50.000€/Ano



Descrição do Projeto:

Situado no Vale do Fundão em Chelas, o bairro da PRODAC (Produtividade na Auto Construção), nasce da constituição de uma associação de moradores que constrói o bairro na década de 70 ao abrigo de um programa cooperativo de auto construção, promovido pela CML, que efetua a cedência dos terrenos à associação, mediante o pagamento de uma prestação anual. Sendo a CML a titular dos terrenos, levantou-se nas últimas décadas o problema do direito à propriedade das habitações construídas pelos próprios moradores. Desde os anos 90, de acordo com o Plano Diretor Municipal, pendia a ameaça de demolição dos fogos auto produzidos, mas a população mobilizou-se e após a morosa luta veio a adquirir as primeiras certidões de propriedade em 2011. O projeto candidato ao programa Bip/Zip comprometeu-se assim, numa primeira fase, a iniciar lote a lote todo o trabalho de licenciamento das diferentes edificações existentes.

Após o processo de licenciamento das habitações criou-se um sentimento de confiança junto da população que foi determinante para reforçar as dinâmicas participativas, desta vez em torno de um projeto de requalificação do espaço público que se apresentava degradado. Na sequência de diversas assembleias de moradores, fortemente participadas, envolvendo em média 300 pessoas, foram votadas a ordem de prioridades de intervenção. Compôs-se desse modo, um caderno de encargos que incluía a execução da reparação de muros, pavimentos, rampas, escadas e a realização de anfiteatro ao ar livre.

O projeto contou com parceria de empresas do sector da construção, para a aquisição dos melhores materiais e com a formação em obra por técnicos especializados aos moradores que participaram na construção.

Outra característica importante nesta intervenção prende-se com o facto de o financiamento ter permitido a criação de uma bolsa de trabalho, que possibilitou o envolvimento ativo de alguns moradores, num bairro que apresenta altos níveis de desemprego, nomeadamente no setor da construção civil. A iniciativa reforçou junto da população, do sentimento de pertença, valorização e coesão de todo o bairro.























Considerações finais – Conclusão

Como vimos no início da apresentação do programa Bip/zip, a carta dos bairros prioritários da CML revelou ser um instrumento eficaz para identificar e otimizar o campo de ação como promotor de coesão territorial e social da cidade. Mas para não “desistirmos de ter uma cidade completa” temos que olhar para além das fronteiras administrativas. Temos que chegar perto dos que convencionamos que estão longe. Estamos a falar efetivamente da necessidade de olharmos à escala metropolitana, a esse corpo que já nos diz mais sobre a real geografia da conexões. Resta-nos lançar o repto para que o Bip/zip cresça e se faça chegar a todo o país. Por agora, podemos indicar o passo seguinte, pois em torno da “cidade arquipélago” de Lisboa já existe uma carta informal dos bairros prioritários.



Fig. Carta bairro prioritários AML, “A cidade invisível de Lisboa | António Brito Guterres | TEDxLisboa”

Fontes Bibliográficas

Dikeç, M. (2001). Justice and the Spatial Imagination. *Environment and Planning A*, 33(10), 1785–1805. <https://doi.org/10.1068/a3467>

Domingues, Á. (1994). (Su)úrbios e (Sub)urbanos – O mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, X/X.

Filgueiras, O. (1962). *Da Função Social do Arquitecto - Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada* (1st ed., p. 142 pp.). Porto: reeditado pela Escola Superior de Belas Artes do Porto.

Fraser, N., & Honneth, A. (2003). *Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange*. London ; New York: Verso.

Harvey, D. (2009). *Social justice and the city*. Athens: Univ. of Georgia Press.

Harvey, D. (2012). *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. London: Verso.

Lefebvre, H., Fortuna, C., Villar, S., Baleias, A., & Lopo, R. (2012). *O direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre.

Marcuse, P. (2009a). From critical urban theory to the right to the city. *City*, 13(2–3), 185–197. <https://doi.org/10.1080/13604810902982177>

Marcuse, P. (2009b). Spatial Justice: Derivative but Causal of Social Injustice. *Justice Spatiale - Spatial Justice*, (1). Disponível em <http://www.jssj.org/article/la-justice-spatiale-a-la-fois-resultante-et-cause-de-linjustice-sociale/>

Rawls, J. (1971). *A theory of justice*. Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press.

Rawls, J. (2003). *Justiça como equidade - uma reformulação*. São Paulo: Martins Fontes.

Santos, M. (2009). *A natureza do espaço*. São Paulo, SP: Edusp, Ed. da Univ. de São Paulo.

Silvano, F. (2017). *Antropologia do espaço*. Lisboa: Documenta.

Soja, E. (2010). *Seeking spatial justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press

Till, J. *Architecture depends*.

Young, I. M. (1990). *Justice and the politics of difference*. Princeton, N.J: Princeton University Press.

Wacquant, L. (2001). Ghetto. N. J. Smelser & P. B. Baltes (Eds.), *International encyclopedia of the social & behavioral sciences* (1st ed). Amsterdam ; New York: Elsevier.

Artigos

Ramalhete, F., & Silva, S. (2014). Intervenções arquitetónicas em espaços informais. *Estudoprevio*, CEACTIONAL(5/6). Disponível em <http://www.estudoprevio.net/artigos/43/filipa-ramalhete-sergio-silva-.-intervencoes-arquitectonicas-em-espacos-informais>

Pereira, M., & Ramalhete, F. (2017). Planeamento e conflitos territoriais: uma leitura na ótica da (in)justiça espacial. *Finisterra*, 52(104). doi: 10.18055/finis6972

Wacquant, L. (2008). The Body, the Ghetto and the Penal State. *Qualitative Sociology*, 32(1), 101-129. doi: 10.1007/s11133-008-9112-2

Parte II - Vertente prática:

Reformulação urbanística e inclusão de assentamentos informais - 2º Torrão

Ponto prévio:

A memória do bairro do 2º Torrão começa nos anos 70, junto ao rio, entre a Cova do Vapor e a Trafaria em terrenos do porto de Lisboa que, há época, atribuiu licenças de ocupação para pequenas casas de apoio, onde os pescadores podiam guardar os seus equipamentos. As pequenas casa cresceram e rapidamente passaram a lugar de segunda habitação. Ao longo dos anos o bairro expandiu para o interior(sul), ocupando propriedade privada e crescendo através de processos informais de autoconstrução.

Segundo a associação de moradores, aqui vivem atualmente perto de 2500 pessoas, em cerca de 500 alojamentos.

A nossa proposta de projeto tem como objetivo definir um conjunto de estratégias alicerçadas na convicção de que se deve prestar suporte e desenvolvimento ao bairro, com progressivos melhoramentos das condições de habitabilidade evitando destruir a dinâmica social e espacial existente.



Programa:

Para que o direito à habitação seja de facto, um direito, propomos sobrepor à comum noção de “médico de família” à noção de “arquiteto de família”.

. criação de um GABIP-Torrão (Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária)

À escala metropolitana:

- a) Restabelecer o fecho da golada do tejo (segurança costeira)
- b) extensão da linha de metro (mobilidade)
- c) reconversão do aterro da Silopor em reservatório de micro-algas (múltiplas potencialidades, desde a produção de energia, indústria alimentar, farmacêutica, captação de CO2)

À escala do Bairro:

- a) Reformulação das acessibilidades locais, integração na malha urbana - união do 1º e 2º Torrão
- b) qualificação do espaço público
- c) qualificação das habitações existentes revista caso a caso
- d) Tipologia de Habitação coletiva (meio de viabilizar a intervenção nas casas)
- e) reconfiguração do Largo da Associação de moradores
- e) equipamentos comunitários: centro cívico





















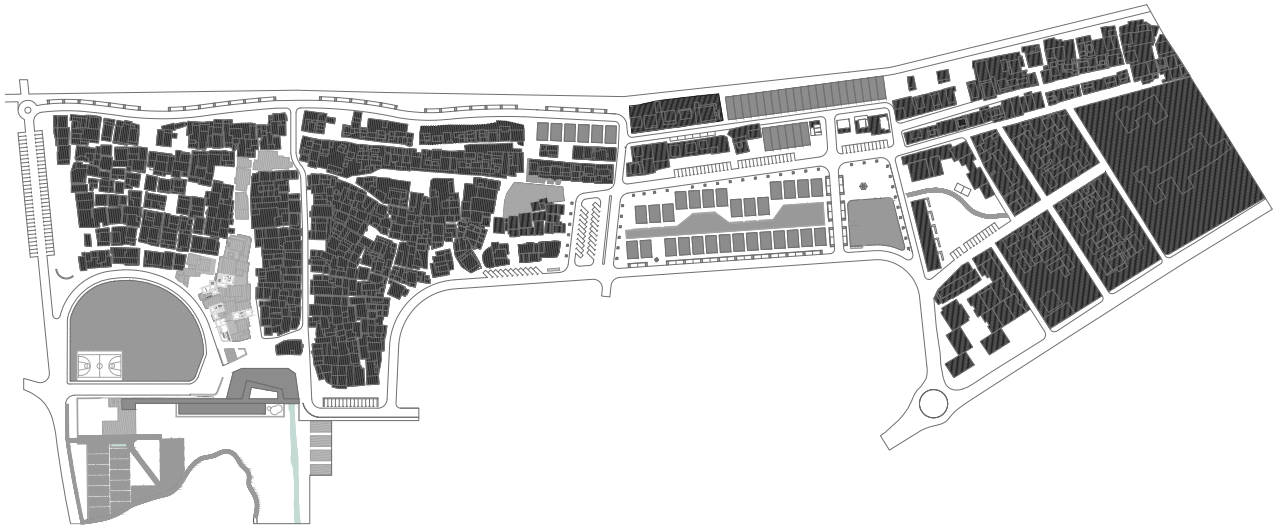




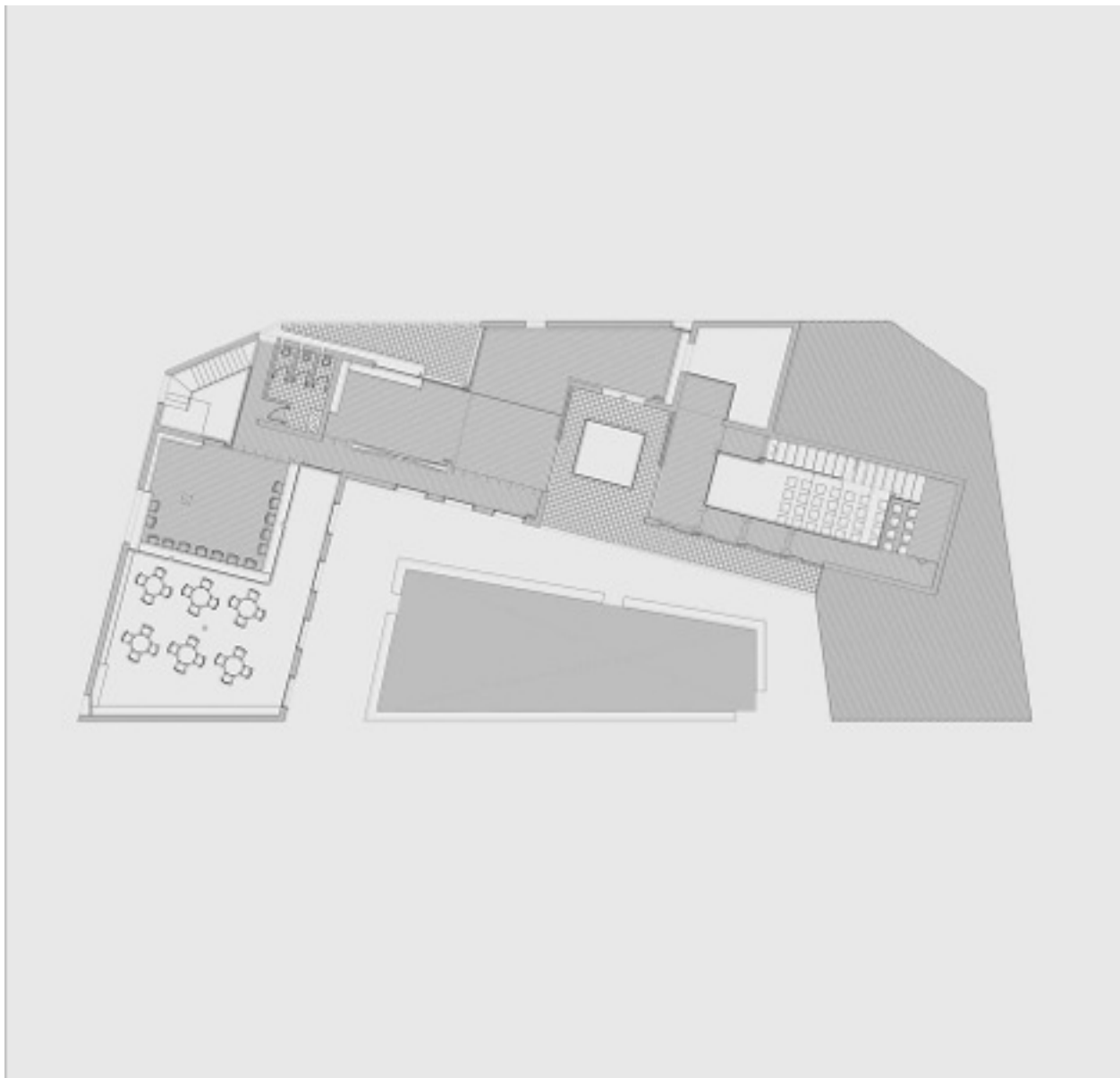


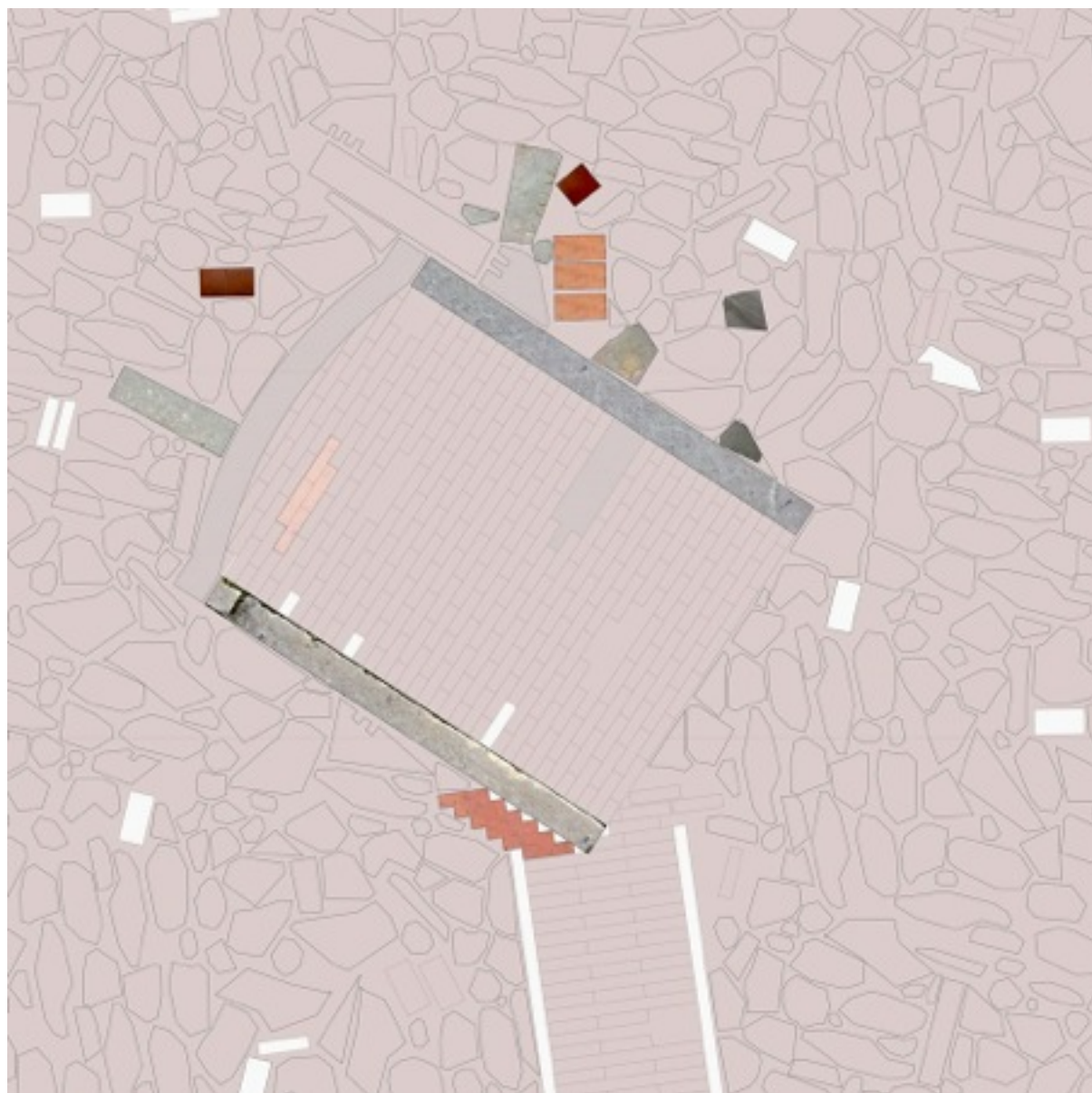




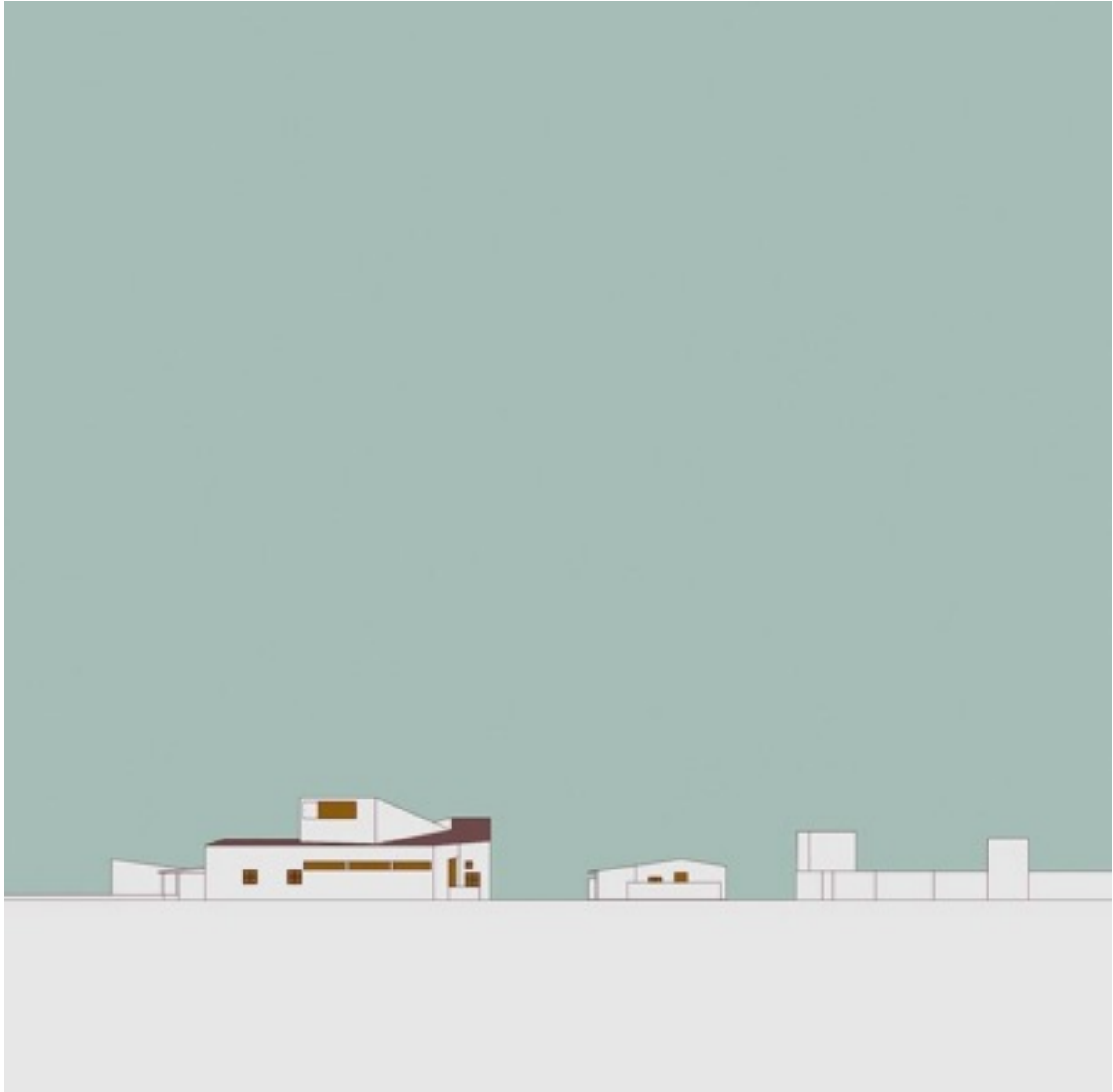


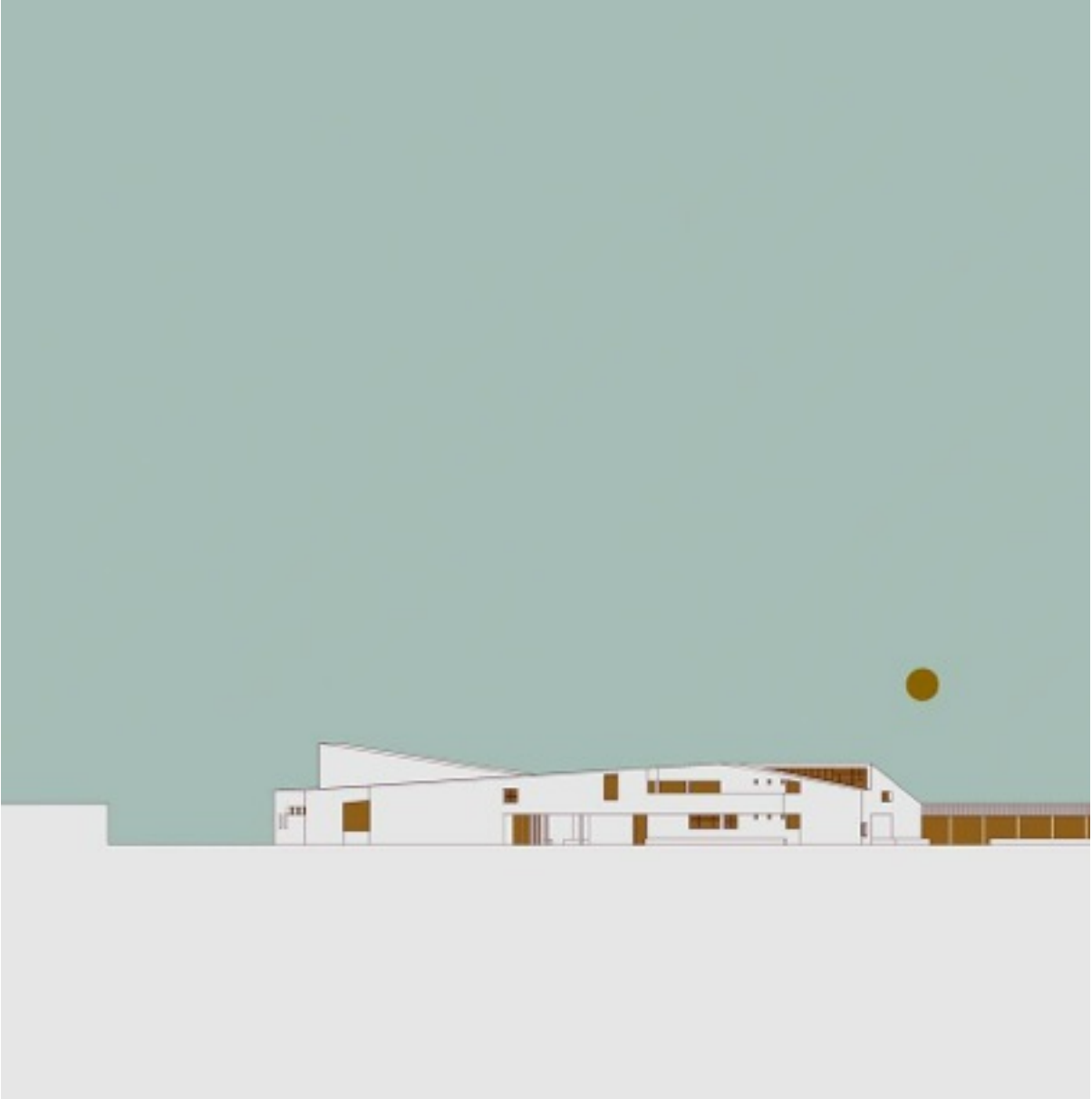


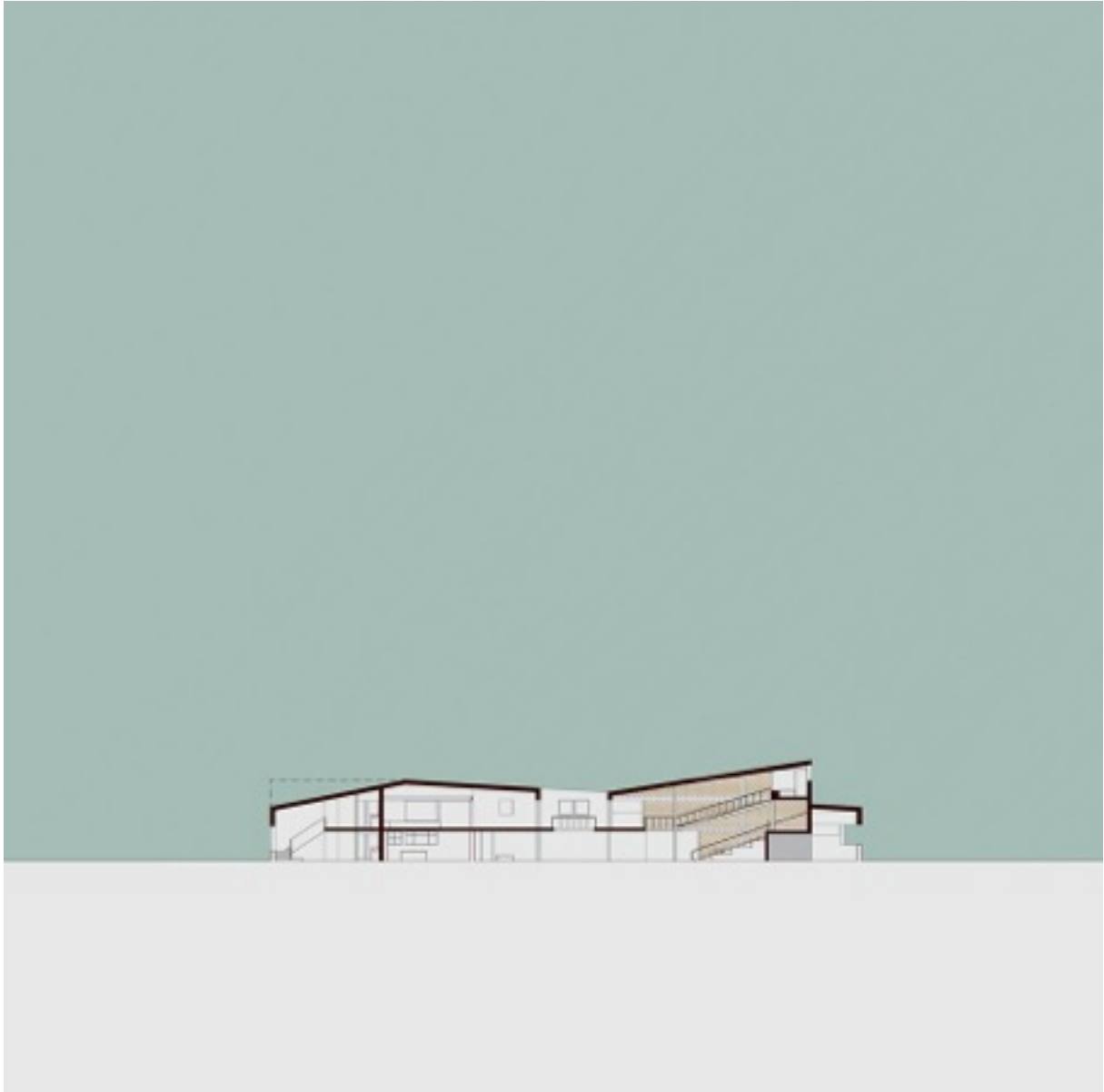


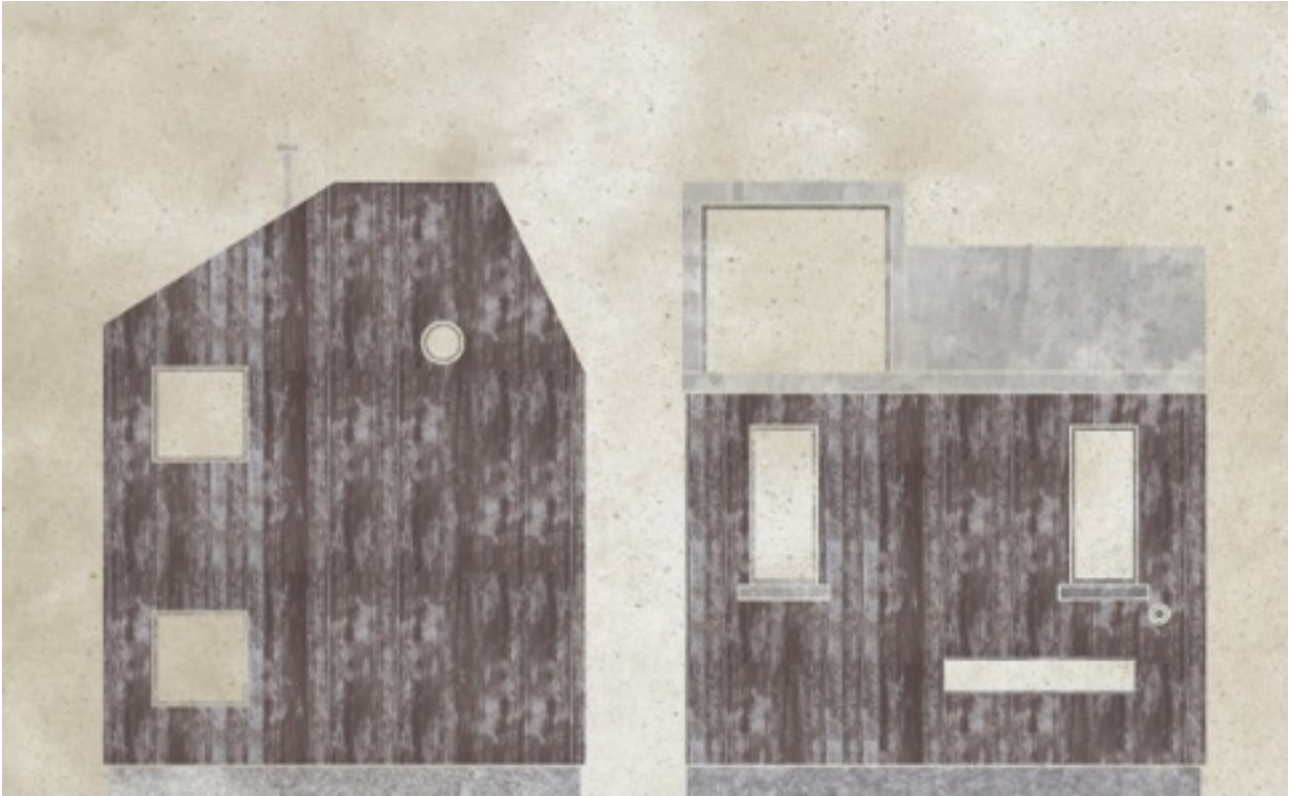














Levantamento Fotográfico





